



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 do Ministério Público da União.

2. Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na Macrofunção 020315 (Conformidade Contábil) do Manual SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal).

3. As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Brasília, *data da assinatura eletrônica.*

Assinado digitalmente

ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO
Subsecretário de Contabilidade
CRC nº DF-014879/O-5



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 02/02/2026	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	825.736.658,69	764.698.054,28	PASSIVO CIRCULANTE	243.013.310,59	223.225.709,87
Caixa e Equivalentes de Caixa	698.546.574,55	676.854.576,51	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	191.674.660,92	173.626.730,95
Créditos a Curto Prazo	104.624.460,98	65.958.174,04	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7.887.152,28	6.165.655,67
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	176,09	-
Demais Créditos e Valores	104.624.460,98	65.958.174,04	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	104.624.460,98	65.958.174,04	Provisões a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	43.451.321,30	43.433.323,25
Estoques a Curto Prazo	11.909.238,47	12.550.861,77			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	10.656.384,69	9.334.441,96			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.535.149.435,46	3.597.234.129,91	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	222.700.090,56	1.203.668,91
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.727.700,93	2.724.412,59	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	221.132.755,00	-
Créditos a Longo Prazo	2.727.700,93	2.724.412,59	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	2.727.700,93	2.724.412,59	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	2.727.700,93	2.724.412,59	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques a Longo Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	1.567.335,56	1.203.668,91
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	465.713.401,15	224.429.378,78
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	613.828.980,55	586.961.712,65
Imobilizado	3.444.017.624,78	3.482.450.598,76	Resultados Acumulados	3.281.343.712,45	3.550.541.092,76
Bens Móveis	292.226.716,87	349.006.660,80	Resultado do Exercício	88.944.821,45	73.411.125,50
Bens Móveis	986.891.968,32	1.032.876.930,79	Resultados de Exercícios Anteriores	3.550.662.455,96	3.606.034.440,04
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-694.665.251,45	-683.870.269,99	Ajustes de Exercícios Anteriores	-358.263.564,96	-128.904.472,78
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	3.151.790.907,91	3.133.443.937,96	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.895.172.693,00	4.137.502.805,41
Bens Imóveis	3.196.007.583,93	3.170.983.146,44			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-44.216.676,02	-37.539.208,48			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	88.404.109,75	112.059.118,56			
Softwares	88.404.109,75	112.059.118,56			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERÍODO Anual
EMISSÃO 02/02/2026	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Softwares	91.154.204,84	114.938.862,24			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.750.095,09	-2.879.743,68			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	4.360.886.094,15	4.361.932.184,19	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.360.886.094,15	4.361.932.184,19

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	698.546.574,55	676.854.639,51	PASSIVO FINANCEIRO	95.344.346,93	174.421.412,71
ATIVO PERMANENTE	3.662.339.519,60	3.685.077.544,68	PASSIVO PERMANENTE	435.924.444,38	196.250.283,44
			SALDO PATRIMONIAL	3.829.617.302,84	3.991.260.488,04

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	83.362.952,83	90.401.853,38	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.588.970.666,30	1.306.164.627,08
Atos Potenciais Ativos	83.362.952,83	90.401.853,38	Atos Potenciais Passivos	1.588.970.666,30	1.306.164.627,08
Garantias e Contragarantias Recebidas	82.051.866,18	89.950.591,68	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.294.784,65	434.959,70	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	1.269.994,60	435.137,34
Direitos Contratuais	16.302,00	16.302,00	Obrigações Contratuais	1.587.700.671,70	1.305.729.489,74
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	83.362.952,83	90.401.853,38	TOTAL	1.588.970.666,30	1.306.164.627,08

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	576.363.996,07



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERIODO Anual
EMISSAO 02/02/2026	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPRAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Vinculados	26.838.231,55
Seguridade Social (Exceto Previdência)	79.377,96
Previdência Social (RPPS)	316.684,88
Fundos, Órgãos e Programas	26.442.168,71
TOTAL	603.202.227,62



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERIODO Anual
EMISSAO 02/02/2026	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	19.830.778.096,34	18.730.226.665,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	26.669.302,28	1.364.072,97
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	26.669.302,28	1.364.072,97
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	688,56	329,09
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	688,55	328,85
Variações Monetárias e Cambiais	0,01	0,24
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	19.767.005.426,29	18.638.736.983,75
Transferências Intragovernamentais	19.697.973.336,62	18.538.644.981,39
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	69.032.089,67	100.092.002,36
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10.771.392,83	9.753.753,13
Reavaliação de Ativos	-	269.748,12
Ganhos com Alienação	350.633,03	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	10.396.751,09	9.106.533,04
Ganhos com Desincorporação de Passivos	24.008,71	377.471,97
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	26.331.286,38	80.371.526,89
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO
2025

PERIODO
Anual

EMISSAO
02/02/2026

PAGINA
2

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2025	2024
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	26.331.286,38	80.371.526,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	19.741.833.274,89	18.656.815.540,33
Pessoal e Encargos	7.277.599.699,37	6.841.853.226,31
Remuneração a Pessoal	5.908.725.629,04	5.562.505.357,78
Encargos Patronais	932.277.633,62	884.239.027,61
Benefícios a Pessoal	425.226.688,97	383.648.767,55
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	11.369.747,74	11.460.073,37
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.297.121.924,43	1.212.500.359,74
Aposentadorias e Reformas	875.337.029,90	821.535.097,03
Pensões	223.544.158,68	216.324.174,73
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	198.240.735,85	174.641.087,98
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.130.067.548,79	1.063.966.334,10
Uso de Material de Consumo	22.704.392,15	22.879.750,26
Serviços	1.039.799.451,56	968.710.948,66
Depreciação, Amortização e Exaustão	67.563.705,08	72.375.635,18
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	167.669,31	27.551,37
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	21.243,74	27.112,89
Variações Monetárias e Cambiais	146.202,59	-
Descontos Financeiros Concedidos	222,98	438,48
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	9.972.318.740,47	9.342.768.195,64
Transferências Intragovernamentais	9.898.014.770,68	9.298.312.335,40
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	74.303.969,79	44.455.860,24
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	54.354.934,59	186.000.965,95
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	317.903,54	-
Perdas Involuntárias	194.586,85	413.582,07
Incorporação de Passivos	243.609,05	5.752.370,00



EXERCICIO 2025	PERIODO Anual
EMISSAO 02/02/2026	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Desincorporação de Ativos	53.598.835,15	179.835.013,88
Tributárias	2.364.735,39	2.215.964,74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.006.748,65	994.729,50
Contribuições	1.357.986,74	1.221.235,24
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.838.022,54	7.482.942,48
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	7.838.022,54	7.482.942,48
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	88.944.821,45	73.411.125,50

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2025	2024



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
Anual

EMISSION
02/02/2026

PAGINA
1

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	558.621,00	558.621,00	26.584.949,07	26.026.328,07
Receita Tributária	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	484.218,00	484.218,00	119.795,51	-364.422,49
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	484.218,00	484.218,00	119.795,51	-364.422,49
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	26.131.932,40	26.131.932,40
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	26.131.932,40	26.131.932,40
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	74.403,00	74.403,00	333.221,16	258.818,16
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	51.045,00	51.045,00	100.316,64	49.271,64
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	223.137,74	223.137,74
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	23.358,00	23.358,00	9.766,78	-13.591,22
RECEITAS DE CAPITAL	339.757,00	339.757,00	69.276,00	-270.481,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	339.757,00	339.757,00	69.276,00	-270.481,00
Alienação de Bens Móveis	339.757,00	339.757,00	69.276,00	-270.481,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
02/02/2026

PÁGINA
2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	898.378,00	898.378,00	26.654.225,07	25.755.847,07
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	898.378,00	898.378,00	26.654.225,07	25.755.847,07
DÉFICIT			9.807.128.507,01	9.807.128.507,01
TOTAL	898.378,00	898.378,00	9.833.782.732,08	9.832.884.354,08
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	9.842.581.046,00	9.856.037.521,00	9.787.279.365,76	9.738.910.166,91	9.725.190.431,78	68.758.155,24
Pessoal e Encargos Sociais	8.056.000.583,00	8.117.719.402,00	8.047.860.826,68	8.046.144.300,44	8.044.024.196,67	69.858.575,32
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.786.580.463,00	1.738.318.119,00	1.739.418.539,08	1.692.765.866,47	1.681.166.235,11	-1.100.420,08
DESPESAS DE CAPITAL	60.738.838,00	47.282.363,00	46.503.366,32	39.596.791,04	39.061.323,24	778.996,68
Investimentos	60.738.838,00	47.282.363,00	46.503.366,32	39.596.791,04	39.061.323,24	778.996,68
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	9.903.319.884,00	9.903.319.884,00	9.833.782.732,08	9.778.506.957,95	9.764.251.755,02	69.537.151,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	9.903.319.884,00	9.903.319.884,00	9.833.782.732,08	9.778.506.957,95	9.764.251.755,02	69.537.151,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
02/02/2026

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	9.903.319.884,00	9.903.319.884,00	9.833.782.732,08	9.778.506.957,95	9.764.251.755,02	69.537.151,92

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	71.399.737,13	55.874.054,07	42.876.481,25	42.620.039,71	78.586.302,12	6.067.449,37
Pessoal e Encargos Sociais	67.026.435,92	5.162.667,83	2.728.596,75	2.728.596,75	67.142.361,84	2.318.145,16
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.373.301,21	50.711.386,24	40.147.884,50	39.891.442,96	11.443.940,28	3.749.304,21
DESPESAS DE CAPITAL	2.447.412,92	16.524.963,65	13.440.410,88	13.189.839,87	1.063.285,30	4.719.251,40
Investimentos	2.447.412,92	16.524.963,65	13.440.410,88	13.189.839,87	1.063.285,30	4.719.251,40
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	73.847.150,05	72.399.017,72	56.316.892,13	55.809.879,58	79.649.587,42	10.786.700,77

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	67.368,28	16.064.434,26	16.067.229,11	27.132,11	37.441,32
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.966.533,67	1.964.980,23	-	1.553,44
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	67.368,28	14.097.900,59	14.102.248,88	27.132,11	35.887,88
DESPESAS DE CAPITAL	2.259,00	852.618,50	852.584,35	34,15	2.259,00
Investimentos	2.259,00	852.618,50	852.584,35	34,15	2.259,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	69.627,28	16.917.052,76	16.919.813,46	27.166,26	39.700,32



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO Anual
EMISSÃO 02/02/2026	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	26.654.225,07	1.162.888,63	Despesas Orçamentárias	9.833.782.732,08	9.234.668.977,39
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	8.825.353.724,26	8.303.930.026,46
Recursos Vinculados	26.673.415,50	1.172.473,93	Recursos Vinculados	1.008.429.007,82	930.738.950,93
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	1.006.012.420,28	920.237.065,19
Fundos, Órgãos e Programas	26.673.415,50	1.172.473,93	Fundos, Órgãos e Programas	2.416.587,54	10.501.885,74
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-19.190,43	-9.585,30			
Transferências Financeiras Recebidas	19.697.973.336,62	18.538.644.981,39	Transferências Financeiras Concedidas	9.897.852.107,71	9.298.275.944,81
Resultantes da Execução Orçamentária	19.591.391.842,80	18.456.774.563,77	Resultantes da Execução Orçamentária	9.763.011.727,79	9.131.453.353,94
Cota Recebida	9.830.125.955,10	9.324.685.980,77	Repasse Concedido	3.997.424,70	2.856.589,67
Repasse Recebido	4.816.009,89	3.491.818,73	Sub-repasse Concedido	9.755.951.222,36	9.124.173.505,38
Sub-repasse Recebido	9.755.951.222,36	9.124.173.505,38	Cota Devolvida	2.564.425,28	
Sub-repasse Devolvido	498.655,45	4.423.258,89	Sub-repasse Devolvido	498.655,45	4.423.258,89
Independentes da Execução Orçamentária	106.581.493,82	81.870.417,62	Independentes da Execução Orçamentária	134.840.379,92	166.822.590,87
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	79.066.053,83	78.551.537,34	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	79.062.688,83	72.815.167,34
Demais Transferências Recebidas	1.995.056,76	79.669,25	Demais Transferências Concedidas	997.527,88	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	25.520.383,23	3.239.211,03	Movimento de Saldos Patrimoniais	54.780.163,21	94.007.423,53
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	110.025.129,17	196.008.369,87	Pagamentos Extraorçamentários	81.325.853,03	87.534.946,49
Inscrição de Restos a Pagar Processados	14.255.202,93	16.756.416,82	Pagamento de Restos a Pagar Processados	16.919.813,46	4.684.540,13
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	55.275.774,13	72.399.017,72	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	55.809.879,58	75.569.836,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.757.509,51	16.120.668,43	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.969.033,40	7.277.660,93
Outros Recebimentos Extraorçamentários	29.736.642,60	90.732.266,90	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.627.126,59	2.908,60
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	10.036,85		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		2.845,60
Restituições a Pagar	0,92		Valores Compensados		63,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,02	0,38	Demais Pagamentos	1.627.126,59	
Arrecadação de Outra Unidade	29.726.541,81	80.549.927,50			
Valores para Compensação	63,00				
Demais Recebimentos		10.182.339,02			
Saldo do Exercício Anterior	676.854.576,51	561.518.205,31	Saldo para o Exercício Seguinte	698.546.574,55	676.854.576,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	676.854.576,51	561.518.205,31	Caixa e Equivalentes de Caixa	698.546.574,55	676.854.576,51
TOTAL	20.511.507.267,37	19.297.334.445,20	TOTAL	20.511.507.267,37	19.297.334.445,20



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERIODO Anual
EMISSAO 02/02/2026	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	74.726.469,50	197.031.949,63
INGRESSOS OPERACIONAIS	19.765.042.400,95	18.646.660.805,35
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	119.795,51	382.948,29
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	26.131.932,40	654.504,02
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	333.221,16	125.436,32
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	19.738.457.451,88	18.645.497.916,72
Ingressos Extraorçamentários	10.757.509,51	16.120.668,43
Restituições a Pagar	0,92	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,02	0,38
Transferências Financeiras Recebidas	19.697.973.336,62	18.538.644.981,39
Arrecadação de Outra Unidade	29.726.541,81	80.549.927,50
Valores para Compensação	63,00	-
Demais Recebimentos	-	10.182.339,02
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-19.690.315.931,45	-18.449.628.855,72
Pessoal e Demais Despesas	-8.937.322.735,78	-8.335.952.422,14
Legislativo	-	-
Judiciário	-87.670,67	-100.627,18
Essencial à Justiça	-7.800.598.448,37	-7.263.513.092,62
Administração	-1.635.164,56	-1.117.451,53
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-204.711,51	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.112.737.022,45	-1.055.279.523,26
Saúde	-	-
Trabalho	-132.641,77	-49.126,49
Educação	-20.000,00	-194,55
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-3.365,00	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERIODO Anual
EMISSAO 02/02/2026	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

	2025	2024
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-1.785,66	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-21.911.962,64	-15.889.560,91
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	10.036,85	-2.845,60
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-846.544.927,97	-808.122.764,84
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-846.544.927,97	-808.122.764,84
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-9.906.448.267,70	-9.305.553.668,74
Dispêndios Extraorçamentários	-6.969.033,40	-7.277.660,93
Transferências Financeiras Concedidas	-9.897.852.107,71	-9.298.275.944,81
Valores Compensados	-	-63,00
Demais Pagamentos	-1.627.126,59	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-53.034.471,46	-81.695.578,43
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	69.276,00	-
Alienação de Bens	69.276,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-53.103.747,46	-81.695.578,43
Aquisição de Ativo Não Circulante	-50.886.370,74	-78.422.573,46
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.217.376,72	-3.273.004,97
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERIODO Anual
EMISSAO 02/02/2026	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

	2025	2024
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21.691.998,04	115.336.371,20
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	676.854.576,51	561.518.205,31
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	698.546.574,55	676.854.576,51



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 02/02/2026	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	-	-	-	-	370.313.242,92	3.661.764.040,83	-	-	4.032.077.283,75
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	13.911.196,12	-128.904.472,78	-	-	-114.993.276,66
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	202.737.273,61	-55.729.600,79	-	-	147.007.672,82
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	73.411.125,50	-	-	73.411.125,50
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	-	-	-	-	586.961.712,65	3.550.541.092,76	-	-	4.137.502.805,41

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	-	-	-	-	586.961.712,65	3.550.541.092,76	-	-	4.137.502.805,41
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-395.793,38	-350.996.956,52	-	-	-351.392.749,90
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	27.263.061,28	-7.145.245,24	-	-	20.117.816,04
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	88.944.821,45	-	-	88.944.821,45
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2025	-	-	-	-	613.828.980,55	3.281.343.712,45	-	-	3.895.172.693,00

2025



NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Elaboração
Subsecretaria de Contabilidade - SUBCON/SPOC/SG



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO **2025**

As Notas Explicativas constituem parte integrante das Demonstrações Contábeis do MPU (DCONs), abrangendo os Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, bem como as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, todos extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Procurador-Geral da República

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Vice-Procurador-Geral da República

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO

Secretária-Geral do MPU

ELIANA PÉRES TORELLY DE CARVALHO

Secretário-Geral Adjunto do MPU

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO

Secretária de Planejamento, Orçamento e Contabilidade

IONARA OLIVEIRA CARDOSO OLIVEIRA CRUZ

Secretária Adjunta de Planejamento, Orçamento e Contabilidade

PATRÍCIA MIDORI TAYAMITI

Subsecretário de Contabilidade

ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO

EQUIPE TÉCNICA

Iuri Euclides da Silva – Chefe da Divisão de Análise Contábil

Sebastião Pereira dos Santos – Chefe da Divisão de Normas e Procedimentos Contábeis

Adrieno Reginaldo Silva – Assessor

Aline Cosme da Cunha – Assessora

Roner Marcelo Rover Oliveira – Assessor

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	3
LISTA DE TABELAS.....	4
LISTA DE GRÁFICOS	5
INTRODUÇÃO	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS	12
2.1 – Base de Preparação das Demonstrações Contábeis	12
2.2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	12
2.3 – Conformidade Contábil das DCONs	16
3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.	16
3.1 – Balanço Patrimonial.....	17
3.1.1. <i>Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....</i>	<i>20</i>
3.1.2. <i>Nota 02 – Créditos a Curto Prazo</i>	<i>21</i>
3.1.3. <i>Nota 03 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente</i>	<i>22</i>
3.1.4. <i>Nota 04 – Imobilizado.....</i>	<i>23</i>
3.1.5. <i>Nota 05 – Intangível.....</i>	<i>25</i>
3.1.6. <i>Nota 06 – Férias a Pagar</i>	<i>26</i>
3.1.7. <i>Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar.....</i>	<i>27</i>
3.1.8. <i>Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo</i>	<i>29</i>
3.1.9. <i>Nota 09 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Longo Prazo ...</i>	<i>30</i>
3.1.10. <i>Nota 10 – Demais Reservas</i>	<i>30</i>
3.1.11. <i>Nota 11 – Atos Potenciais Ativos.....</i>	<i>31</i>
3.1.12. <i>Nota 12 – Atos Potenciais Passivos.....</i>	<i>32</i>
3.1.13. <i>Nota 13 – Controles Contábeis – Ativos Contingentes.....</i>	<i>33</i>
3.1.14. <i>Nota 14 – Superávit/Déficit Financeiro.....</i>	<i>33</i>

3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais	34
3.2.1. Nota 15 – Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	36
3.2.2. Nota 16 – Ganhos com Incorporação de Ativos	36
3.2.3. Nota 17 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	36
3.2.4. Nota 18 – Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais	37
3.2.5. Nota 19 – Benefícios a Pessoal	38
3.2.6. Nota 20 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais	39
3.2.7. Nota 21 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	40
3.2.8. Nota 22 – Transferências Intragovernamentais	41
3.2.9. Nota 23 – Desincorporação de Ativos	42
3.2.10. Nota 24 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	43
3.2.11. Nota 25 – Resultado Patrimonial	43
3.3 – Balanço Orçamentário	44
3.3.1. Nota 26 – Execução Orçamentária da Receita	48
3.3.2. Nota 27 – Execução Orçamentária da Despesa	48
3.3.3. Nota 28 – Execução dos Restos a Pagar	50
3.4 – Balanço Financeiro	54
3.4.1. Nota 29 – Receita Orçamentária	56
3.4.2. Nota 30 – Despesa Orçamentária	57
3.4.3. Nota 31 – Repasse Concedido	57
3.4.4. Nota 32 – Pagamento de Restos a Pagar	58
3.4.5. Nota 33 – Resultado Financeiro	59
3.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	60
3.5.1. Nota 34 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	62
3.6 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	63

LISTA DE SIGLAS

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CP	Curto Prazo
DCONs	Demonstrações Contábeis do Ministério Público da União
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF	Ministério Público Federal
MPM	Ministério Público Militar
MPT	Ministério Público do Trabalho
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NExp	Nota Explicativa
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PGR	Procuradoria-Geral da República
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SUBCON	Subsecretaria de Contabilidade
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de Unidades do MPU - Por Unidade Orçamentária	11
Tabela 2 – Caixa e Equivalentes de Caixa	20
Tabela 3 - Créditos a Curto Prazo - Composição.....	21
Tabela 4 - Imobilizado - Composição	23
Tabela 5 - Bens Móveis - 2025 e 2024.....	24
Tabela 6 - Bens Imóveis – 2025 e 2024	24
Tabela 7 - Bens Imóveis de Uso Especial - 2025 e 2024.....	25
Tabela 8 - Intangível - Composição	26
Tabela 9 - <i>Softwares</i> - 2025 e 2024.....	26
Tabela 10 - Férias a Pagar - 2025 e 2024.....	27
Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Contratante.....	28
Tabela 12 - Garantias e Contragarantias Recebidas	31
Tabela 13 - Obrigações Contratuais - Composição.....	32
Tabela 14 - Cálculo do Superávit Financeiro - 2025 e 2024.....	33
Tabela 15 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição	36
Tabela 16 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais - Composição	37
Tabela 17 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais - 2025 e 2024	38
Tabela 18 - Benefícios a Pessoal - Composição	38
Tabela 19 - Benefícios a Pessoal - 2025 e 2024.....	39
Tabela 20 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Composição.....	39
Tabela 21 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - 2025 e 2024.....	40
Tabela 22 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Composição.....	40
Tabela 23 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - 2025 e 2024.....	41
Tabela 24 - Transferências Intragovernamentais - Composição.....	41
Tabela 25 - Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas	43
Tabela 26 - Histórico da Composição do Estoque de Restos a Pagar	51
Tabela 27 - Estoque de Restos a Pagar em 31/12/2025	53
Tabela 28 - Estoque de Restos a Pagar - Composição - Por Ano	53
Tabela 29 - Arrecadação Bruta x Arrecadação Líquida - Por Grupos de Fontes de Recursos	57
Tabela 30 - Execução da Despesa Orçamentária - Por Grupos de Fontes de Recursos.....	57
Tabela 31 - Resultado Financeiro em 31/12/2025	60
Tabela 32 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Formação	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - VPD Pagas Antecipadamente	22
Gráfico 2 - Fornecedores e Contas a Pagar por Contratante	28
Gráfico 3 - Diversas VPDs.....	43
Gráfico 4 - Execução Orçamentária da Receita	48
Gráfico 5 - Execução Orçamentária da Despesa	49
Gráfico 6 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados	52
Gráfico 7 - Pagamento dos Restos a Pagar Processados	58
Gráfico 8 - Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	59

INTRODUÇÃO

As Demonstrações Contábeis (DCONs) do Ministério Público da União refletem a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Essas demonstrações são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

As Notas Explicativas são parte integrante das DCONs e contêm informações complementares ou suplementares essenciais. Seu propósito é fornecer dados relevantes para facilitar a compreensão das demonstrações pelos diversos usuários.

A análise das DCONs e a elaboração das respectivas Notas Explicativas são atribuições da Subsecretaria de Contabilidade (SUBCON/SPOC/SG/PGR). Este processo é executado em estrita observância à legislação e às normas vigentes, incluindo: Lei nº 10.180/2001 (art. 18), Lei nº 12.527/2011 (art. 8º - Lei de Acesso à Informação) e Regimento Interno Administrativo do MPF (arts. 179-A e 179-B). Adicionalmente, a elaboração segue as orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Órgão Central de Contabilidade da União, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP).

No decorrer do exercício financeiro, a SUBCON desempenhou um papel de acompanhamento e orientação das operações de contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de pessoal. Essas operações foram realizadas no Siafi, pelas unidades gestoras do MPF, MPT, MPM, MPDFT e ESMPU.

O objetivo central desse trabalho foi garantir a consistência das informações referentes aos resultados alcançados, além de assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos registros nas demonstrações financeiras de todas as unidades gestoras do MPU.

Em decorrência das ações de acompanhamento e orientação mencionadas, a SUBCON utilizou diversos instrumentos de suporte, como a expedição de informações, orientações e diligências contábeis. Além disso, foram realizados atendimentos especializados por meio do Sistema Nacional de Pedidos (SNP).

A assistência e o apoio técnico foram complementados com o esclarecimento de dúvidas recebidas por outros meios (mensagem Siafi, Whatsapp, Zoom e telefone), muitas delas atendidas em tempo real.

O objetivo dessas ações foi prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações no âmbito do Ministério Público da União, garantindo a correta escrituração e registro dos atos e fatos da gestão administrativa.

Após o encerramento do exercício de 2025, a declaração plena do órgão Ministério Público da União foi encaminhada ao Órgão Central de Contabilidade da União. O envio atesta que as demonstrações contábeis, extraídas do Siafi, refletem, em seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MPU.

Com relação às notas explicativas, cabe destacar as seguintes informações.

Em 2025, as despesas orçamentárias, tanto as empenhadas quanto as pagas, tiveram expansão nominal em relação ao exercício anterior, nos valores de R\$ 599,1 milhões (6,5%) e R\$ 618,7 milhões (6,8%), totalizando R\$ 9,83 bilhões e R\$ 9,76 bilhões, respectivamente.

O resultado patrimonial apurado em 2025 foi superavitário em R\$ 88,9 milhões, apresentando um aumento na ordem de 21,2% em relação ao ano anterior, o que, em termos monetários, representa uma variação de R\$ 15,5 milhões.

O passivo exigível do MPU (que engloba o passivo circulante¹ e o passivo não circulante) alcançou, em 2025, aproximadamente R\$ 465,7 milhões. Desse total, 41,2% referem-se a obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo. Esse passivo exigível representa 10,7% do ativo total. Em 2024, o passivo exigível foi cerca de R\$ 224,4 milhões, equivalendo a 5,1% do ativo total.

O resultado financeiro apurado em 2025 foi superavitário em R\$ 21,7 milhões, representando uma redução de R\$ 93,6 milhões em relação ao exercício anterior. É fundamental esclarecer que o resultado financeiro é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho). Este indicado é apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte (R\$ 698,5 milhões) e o saldo do exercício anterior (R\$ 676,9 milhões).

¹ Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

Para o exercício de 2026, o estoque de Restos a Pagar (RP) inscrito totalizou R\$ 80,4 milhões. Este montante é composto por RP inscritos de 2025 (R\$ 69,5 milhões) mais RP reinscritos de exercícios anteriores (R\$ 10,8 milhões).

Comparativamente, houve uma redução nominal no estoque de RP em relação ao inscrito para 2025 (R\$ 163,2 milhões). Essa redução é de R\$ 82,9 milhões, o que corresponde a uma variação negativa de 50,8%.

Considerando a dotação orçamentária atualizada do MPU para 2025, que foi de R\$ 9,90 bilhões, verifica-se que o valor inscrito em restos a pagar para o exercício de 2026 (R\$ 69,5 milhões) representa 0,7% desse montante.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Ministério Público da União (MPU) é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado. Sua missão constitucional é clara: defender a ordem jurídica, o regime democrático, os interesses sociais e os interesses individuais indisponíveis. Para cumprir essa função, o MPU goza de autonomia funcional, administrativa e financeira.

A organização detalhada e as atribuições específicas do MPU são estabelecidas na Lei Complementar nº 75/1993, mais conhecida como Lei Orgânica do Ministério Público da União.

O MPU é composto por quatro ramos: o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A atuação sintética de cada um desses ramos é a seguinte:

- MPF – atua como fiscal da lei e nas áreas cível, criminal e eleitoral. Na Justiça Federal, atua em causas em que a Constituição Federal de 1988 estabelece de interesse federal. Extrajudicialmente, o MPF exerce suas atribuições por meio de recomendações, audiências públicas, promoção de acordos por meio dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) e controle externo da atividade policial.
- MPT – atua na fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, atuando também na proteção aos direitos fundamentais e sociais do cidadão diante de ilegalidades praticadas na seara trabalhista.
- MPM – atua na apuração dos crimes militares e no controle externo da atividade policial judiciária militar e na instauração do inquérito civil para a proteção dos direitos constitucionais no âmbito da administração militar.
- MPDFT – atua como fiscal da lei e na defesa dos interesses da sociedade do Distrito Federal e dos Territórios e no controle externo da atividade policial.

Além dos seus quatro ramos, o MPU conta com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Criada pela Lei nº 9.628/1998, a ESMPU é uma instituição governamental de ensino voltada para a profissionalização de alto nível de membros e servidores do Ministério Público da União.

A ESMPU está diretamente vinculada ao Procurador-Geral da República. Suas despesas são custeadas por meio de dotação orçamentária própria, alocada dentro do orçamento do Ministério Público da União.

Na lei orçamentária da União, as dotações destinadas ao MPU são consignadas ao Órgão Orçamentário 34000 – Ministério Público da União. Este órgão agrupa 5 (cinco) Unidades Orçamentárias (UO), responsáveis pela realização das ações e programas do MPU. Os recursos públicos são geridos em 66 unidades gestoras, conforme especificado a seguir.

Tabela 1 - Quantitativo de Unidades do MPU - Por Unidade Orçamentária

Código	UO	Unidade Gestora	Quant.
34.101	MPF	Procuradoria-Geral da República – Secretaria Geral	1
		Secretaria de Administração do MPF	1
		Secretaria de Gestão de Pessoas do MPF	1
		Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do MPU	1
		Procuradorias Regionais da República da 1ª a 6ª Regiões	6
		Procuradorias da República nas unidades federativas	27
Subtotal			37
34.104	MPT	Procuradoria Geral do Trabalho – Diretoria de Administração	1
		Departamento de Orçamento e Finanças	1
		Procuradorias Regionais do Trabalho da 1ª a 24ª Regiões	24
Subtotal			26
34.103	MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	1
34.102	MPM	Ministério Público Militar	1
34.105	ESMPU	Escola Superior do MPU	1
TOTAL			66

Os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras do MPU foram registrados no Siafi, em observância ao disposto, especialmente, nos artigos 6º e 167 da Lei nº 15.080/2024, que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1 – Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis de 2025 foram elaboradas em conformidade com a legislação e os normativos contábeis aplicáveis ao setor público, garantindo aderência às diretrizes da governança fiscal e à transparência na gestão dos recursos. O processo seguiu padrões nacionais, como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assegurando consistência, comparabilidade e confiabilidade das informações.

As DCONs do Ministério Público da União são extraídas do sistema contábil e materializadas no Balanço Patrimonial (BP), na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), no Balanço Orçamentário (BO) e no Balanço Financeiro (BF), conforme exigido pela Lei nº 4.320/1964. Também são geradas a partir do Siafi a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), estabelecidas pelas Normas Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 11 (Apresentação das Demonstrações Contábeis) e NBC TSP 12 (Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Com o objetivo de assegurar a transparência e a comparabilidade das contas públicas, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, promoveu a padronização das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), por meio do MCASP, em consonância com o disposto nas NBC TSP emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e regras contábeis utilizados para registrar os fatos e mensurar os valores nas demonstrações. Essas políticas definem como foram reconhecidos os ativos, passivos, receitas e despesas, seguindo as diretrizes e padrões estabelecidos para o setor público federal.

A – Moeda funcional

O Real (R\$) é a moeda funcional – ou seja, a moeda padrão – adotada para todos os registros e demonstrações contábeis do MPU. Qualquer operação de compra ou pagamento realizada em moeda estrangeira é convertida para Real no momento em que a transação é concluída, com base na taxa de câmbio oficial daquela data.

B – Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão incluídos nesse item a Conta Única do Tesouro Nacional, depósitos em bancos e aplicações financeiras que podem ser resgatadas rapidamente. Os valores são registrados pelo seu valor original e, se for o caso, são acrescidos os rendimentos obtidos até a data das demonstrações contábeis.

É importante notar que os saldos bancários também incluem valores que não pertencem ao MPU, mas que estão temporariamente sob nossa responsabilidade. São recursos com finalidade específica e, via de regra, precisam ser devolvidos ao final de um contrato ou serviço – como acontece com cauções e garantias oferecidas durante o processo de contratação.

C – Créditos a Curto Prazo

Refere-se a valores que o órgão tem a receber em curto prazo, principalmente por conta de adiantamentos feitos para cobrir despesas. Esses valores são registrados pelo valor original e, quando necessário, são acrescidos de correção monetária e juros.

D – Estoques

Esse item inclui os materiais armazenados no almoxarifado, como papel, equipamentos e outros itens usados no dia a dia do órgão. Quando esses bens entram no estoque, são registrados pelo valor pago na compra ou pelo custo para produzi-los. Já quando saem do estoque, o valor considerado é uma média ponderada dos preços pagos por itens semelhantes.

E – Imobilizado

O ativo imobilizado do MPU é segregado em dois grupos: (i) bens móveis e (ii) bens imóveis. Seu reconhecimento inicial é efetuado com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após esse reconhecimento, os ativos estão sujeitos aos procedimentos de depreciação, amortização, redução ao valor recuperável e reavaliação, conforme estabelecido na parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do [MCASP](#).

Os gastos realizados após o reconhecimento inicial do ativo imobilizado são incorporados ao seu valor contábil quando resultam em aumento da sua vida útil ou em melhoria de sua capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Caso tais gastos não atendam a esses critérios, devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas no exercício em que forem incorridos.

Bens recebidos a título gratuito devem ser reconhecidos pelo valor justo² na data de aquisição. Para essa mensuração, considera-se o valor obtido por meio de avaliação fundamentada em procedimentos técnicos ou, alternativamente, o valor patrimonial estipulado nos termos do instrumento de doação.

F – Intangível

Refere-se aos direitos sobre bens incorpóreos – como softwares, marcas, patentes e atividades de pesquisa e desenvolvimento – utilizados para a manutenção ou execução da atividade pública.

Esses ativos são mensurados com base no custo de aquisição ou de produção, deduzidos da amortização acumulada (quando possuem vida útil econômica definida) e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas ao longo de sua vida útil.

G – Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização

Os procedimentos relativos à reavaliação, à redução a valor recuperável, à depreciação e à amortização dos ativos do MPU, no exercício de 2025, fundamentam-se na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000, na NBC TSP 07 (Ativo Imobilizado) e na Parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do MCASP.

Tais procedimentos estão detalhadamente descritos no Manual Siafi, nas Macrofunções [02.03.30 \(Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, nas Autarquias e nas Fundações\)](#) e [02.03.35 \(Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável\)](#).

Especificamente, a depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurada de forma automática e mensal, com base no valor depreciável das benfeitorias, utilizando-se o Método da Parábola de Kuentzle, conforme disposto no art. 11 da [Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023](#). Este método é representado pela seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$$

onde: **Kd** = coeficiente de depreciação;

n = vida útil da acessão;

x = vida útil transcorrida da acessão.

² Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. (item 11.1 – Definições – Ativo Imobilizado – da Parte II do MCASP).

Enquanto os sistemas corporativos da Secretaria do Patrimônio da União não estiverem devidamente parametrizados para realizar os registros contábeis de forma automática, a contabilização mensal da depreciação será executada no Siafi pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Para fins de depreciação, a vida útil dos bens imóveis será definida pela SPU, considerando sua natureza e características específicas. Nos casos de reavaliação, independentemente do motivo que a fundamentar, a depreciação acumulada correspondente deverá ser integralmente baixada e o cálculo reiniciado com base no novo valor atribuído ao bem.

H – Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são reconhecidas com base em valores certos ou estimáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos decorrentes de variações monetárias e cambiais acumuladas até a data das demonstrações contábeis.

I – Apuração do resultado

Nas Demonstrações Contábeis, são evidenciados os seguintes resultados:

- ***Patrimonial:*** apurado por meio do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado obtido é apresentado no item *Resultado do Exercício*, localizado na coluna do Passivo do Balanço Patrimonial, sendo detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- ***Orçamentário:*** decorre da comparação entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas, sendo o superávit ou déficit evidenciado diretamente no Balanço Orçamentário.
- ***Financeiro:*** determinado pelo Balanço Financeiro, reflete o confronto entre os ingressos e os dispêndios de recursos financeiros, incluindo receitas e despesas orçamentárias, além dos recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária ocorridos no exercício. Devido ao princípio de caixa único adotado pela União, esse resultado pode, também, ser verificado na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.3 – Conformidade Contábil das DCONs

Todos os meses, a Subsecretaria de Contabilidade realiza a conformidade contábil das demonstrações contábeis do MPU, observando os procedimentos descritos nas Macrofunções [02.03.15 \(Conformidade Contábil\)](#), [02.03.18 \(Norma de Encerramento do Exercício\)](#) e [02.10.03 \(Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis\)](#), do Manual Siafi Web.

Essa atividade visa a assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes do Siafi, sinalizando eventuais situações que causem inconsistências ou desequilíbrios nas informações contábeis.

No exercício de 2025, a Subsecretaria de Contabilidade – atuando no Siafi como Setorial Contábil de Unidade Gestora, de Órgão e de Órgão Superior – registrou 816 conformidades contábeis: 792 de unidades gestoras, 12 de órgão e 12 de órgão superior.

Em complemento aos procedimentos de conformidade contábil realizados mensalmente, a SUBCON procedeu, ao término do exercício de 2025, o encaminhamento da Declaração do Contador para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Por meio desta Declaração, o Contador Responsável atestou que os demonstrativos contábeis constantes do Siafi, referentes ao exercício findo, refletem em seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério Público da União.

Tais demonstrativos compreendem os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pelas NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Ministério Público da União consolidam as informações de todas as suas unidades gestoras, conforme registradas no Sistema Siafi. Estas informações constituem instrumentos essenciais para subsidiar a tomada de decisão, a transparência institucional e a prestação de contas, contribuindo para o exercício da responsabilidade quanto à gestão dos recursos sob sua guarda.

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis do MPU, relativas ao ano de 2025, e detalhados os seus principais itens.

3.1 – Balanço Patrimonial

Esta demonstração contábil mostra como está o patrimônio do Ministério Público da União no final do período analisado. Ela apresenta, de forma clara, os bens e direitos que o MPU possui (ativos), as obrigações que precisa cumprir (passivos) e o resultado acumulado da sua gestão ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Além disso, também traz informações sobre atos que podem gerar efeitos futuros, registrados apenas para fins de controle, sem impacto imediato nas contas.

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) do MCASP.

O Balanço Patrimonial também demonstra o resultado acumulado e nele contém o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Por sua vez, cabe mencionar que a Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos – Financeiro e Permanente –, de acordo com a dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Por isso, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

Assim, o Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício 2025

Em R\$

	NExp	2025	2024		NExp	2025	2024
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	698.546.574,55	676.854.576,51	Obrigações Trab., Prev. Assist. a Pagar a CP	06	191.674.660,92	173.626.730,95
Créditos a Curto Prazo	02	104.624.460,98	65.958.174,04	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	07	7.887.152,28	6.165.655,67
Estoques		11.909.238,47	12.550.861,77	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		176,09	
VPDs Pagas Antecipadamente	03	10.656.384,69	9.334.441,96	Demais Obrigações a Curto Prazo	08	43.451.321,30	43.433.323,25
Total do Ativo Circulante		825.736.658,69	764.698.054,28	Total do Passivo Circulante		243.013.310,59	223.225.709,87
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.727.700,93	2.724.412,59	Obrigações Trab. Prev. e Assist. a Pagar a LP	09	221.132.755,00	
Imobilizado	04	3.444.017.624,78	3.482.450.598,76	Demais Obrigações a Longo Prazo		1.567.335,56	1.203.668,91
Intangível	05	88.404.109,75	112.059.118,56	Total do Passivo Não Circulante		222.700.090,56	1.203.668,91
Total do Ativo Não Circulante		3.535.149.435,46	3.597.234.129,91	Patrimônio Líquido			
				Demais Reservas	10	613.828.980,55	591.633.051,73
				Resultados Acumulados		3.281.343.712,45	3.545.869.753,68
				Total do Patrimônio Líquido		3.895.172.693,00	4.137.502.805,41
TOTAL DO ATIVO		4.360.886.094,15	4.361.932.184,19	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.360.886.094,15	4.361.932.184,19

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
(Lei nº 4.320/1964)

Exercício 2025

	Em R\$		
	NExp	2025	2024
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		698.546.574,55	676.854.639,51
Ativo Permanente		3.662.339.519,60	3.685.077.544,68
Total do Ativo		4.360.886.094,15	4.361.932.184,19
Passivo (II)			
Passivo Financeiro		95.344.346,93	174.421.412,71
Passivo Permanente		435.924.444,38	196.250.283,44
Total do Passivo		531.268.791,31	370.671.696,15
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		3.829.617.302,84	3.991.260.488,04

Quadro das Contas de Compensação
(Lei nº 4.320/1964)

Exercício 2025

		Em R\$	
	NExp	2025	2024
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	11	82.051.866,18	89.950.591,68
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		1.294.784,65	434.959,70
Direitos Contratuais a Executar		16.302,00	16.302,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			
Total dos Atos Potenciais Ativos		83.362.952,83	90.401.853,38
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		1.269.994,60	435.137,34
Obrigações Contratuais a Executar	12	1.587.700.671,70	1.305.729.489,74
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar			
Total dos Atos Potenciais Passivos		1.588.970.666,30	1.306.164.627,08

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro
(Lei nº 4.320/1964)

Exercício 2025

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NExp	2025	2024
Recursos Não Vinculados (I)		576.363.996,07	500.820.192,02
Recurso Vinculados (II)		26.838.231,55	1.613.034,78
Seguridade Social (Exceto Previdência)		79.377,96	79.377,96
Previdência Social (RPPS)		316.684,88	320.152,97
Fundos, Órgãos e Programas		26.442.168,71	1.213.503,85
Superávit Financeiro (III) = (I + II)	14	603.202.227,62	502.433.226,80

3.1.1. Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

É composto pelos valores referentes ao limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, destinados à cobertura de despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do MPU. Inclui, ainda, os valores depositados na Caixa Econômica Federal que pertencem a terceiros e servem como caução ou garantia em contratos administrativos (conforme a Lei nº 14.973/2024).

Este agrupamento do Balanço Patrimonial abrange os registros contábeis referentes aos depósitos em conta vinculada. Essa é uma exigência legal destinada a garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas de empresas contratadas para serviços contínuos que utilizam mão de obra exclusiva. Tal medida está em conformidade com a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e com as determinações do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.717/2023 – Plenário).

A análise do saldo desse agrupamento ao final de 2025 revela a seguinte distribuição entre os ramos do MPU e ESMPU:

Tabela 2 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Em R\$

Caixa e Equivalentes de Caixa	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	681.289.899,50	76.941,73	1.489.675,33	712.499,64	114.098,27	683.683.114,47
Garantias - Conta Vinculada	4.063.534,39	4.918.275,60			2.114.836,25	11.096.646,24
Demais Contas - Depósitos de Caução	1.384.287,85	2.275.813,26	73.249,17		33.463,56	3.766.813,84
Total	686.737.721,74	7.271.030,59	1.562.924,50	712.499,64	2.262.398,08	698.546.574,55

A maior parcela do limite de saque disponível do Ministério Público da União estava concentrada no Ministério Público Federal, representando 99,6% do total, equivalente a R\$ 681,3 milhões.

Por sua vez, observa-se que os valores depositados nas contas vinculadas, destinados a garantir as obrigações trabalhistas dos contratos, foram registrados nas unidades gestoras do MPF (36,6%), MPT (44,3%) e ESMPU (19,1%).

Em relação aos depósitos de caução (garantias contratuais de terceiros), os maiores montantes estão contabilizados no Ministério Público do Trabalho, no valor de R\$ 2,3 milhões, e no Ministério Público Federal, no valor de R\$ 1,4 milhão.

3.1.2. Nota 02 – Créditos a Curto Prazo

No final de 2025, o adiantamento referente ao auxílio alimentação e ao Termo de Execução Descentralizada (TED)³ são os itens de maior relevância, representando 90,6% dos créditos a curto prazo, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 3 - Créditos a Curto Prazo - Composição

Créditos a Curto Prazo	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	61.243.783,89					61.243.783,89
Adiantamento Auxílio Alimentação	19.883.221,29	8.100.302,43	4.269.062,63	1.170.295,63	112.418,46	33.535.300,44
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	1.583.000,21	1.774.943,21	569.032,22	156.867,84	13.391,00	4.097.234,48
Demais Créditos	526.201,84	106.020,88	5.111.993,02	3.926,43	-	5.748.142,17
Total	83.236.207,23	9.981.266,52	9.950.087,87	1.331.089,90	125.809,46	104.624.460,98

O item Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada compreende repasses financeiros pela Secretaria de Administração do MPF, ainda pendentes de comprovação, no montante de R\$ 61,2 milhões, detalhados da seguinte forma:

- TED registrado no Siafi sob o nº 1AABRQ, no valor de R\$ 11.080.782,75, celebrado com a Universidade Federal de Lavras, destinado à execução de projeto de PD&I, à implementação de sistemas e transferência de conhecimento e tecnologia, com foco na inovação e modernização dos recursos tecnológicos aplicados à investigação no âmbito do MPF. A vigência do instrumento se estende até 31/08/2026.
- TED registrado no Siafi sob o nº 1AAKYR, no valor de R\$ 47.169.289,29, celebrado com a Polícia Rodoviária Federal, destinado à aquisição de 2 (dois) aviões, modelo CESSNA 208 Grand Caravan Ex, com o objetivo de

³ Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática. (Art. 2º, inc. I, do Decreto nº 10.426/2020).

otimizar o atendimento às demandas do MPU e da própria PRF. A vigência do instrumento foi até 14/06/2025.

- TED registrado no Siafi sob o nº 1AATSL, no valor de R\$ 1.710.000,00, celebrado com a Fundação Universidade de Brasília, destinado ao custeio de despesas relacionadas a duas turmas do curso de mestrado profissional em Administração Pública, voltado a até 44 servidores do Ministério Público Federal. A vigência do instrumento se estende até 16/03/2028.
- TED registrado no Siafi sob o nº 1AAZZD, no valor de R\$ 1.283.711,85, celebrado com a Polícia Federal, destinado ao custeio de despesas relacionadas a formação funcional dos agentes de polícia do MPU. A vigência do instrumento se estende até 04/11/2026.

3.1.3. Nota 03 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Este item é constituído, predominantemente, por VPD de serviços e de assinaturas e anuidades. Elas foram pagas de forma antecipada e os benefícios correspondentes, ou a prestação dos serviços às unidades gestoras, ocorrerão no curto prazo. A composição detalhada deste item no exercício de 2025 pode ser visualizada no gráfico subsequente.

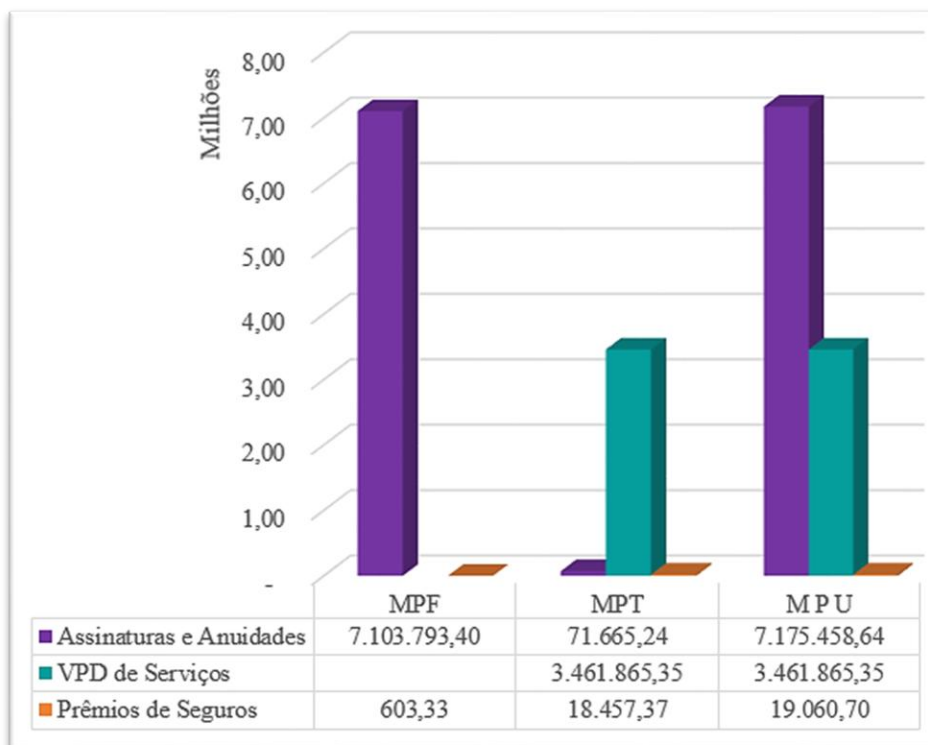


Gráfico 1 - VPD Pagas Antecipadamente

3.1.4. Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado (ou bens permanentes) do Ministério Público da União, utilizado em suas atividades diárias, está dividido em dois grandes grupos: Bens Móveis e Bens Imóveis.

Os bens móveis são os ativos físicos que podem ser transportados ou movidos sem que percam suas características ou utilidade. Exemplos incluem: veículos, máquinas, equipamentos de informática, móveis e utensílios.

Já os bens imóveis compreendem o solo, edifícios e tudo o que está permanentemente incorporado a eles, cuja remoção causaria danos ou destruição. Esse grupo também inclui os imóveis em construção e as benfeitorias em imóveis de terceiros. O valor dessas benfeitorias é reduzido ao longo do tempo do contrato de aluguel.

A composição detalhada de todos os bens permanentes do Ministério Público da União (móveis e imóveis) no Siafi é apresentada na tabela a seguir, com dados atualizados em 31 de dezembro de 2025.

Tabela 4 - Imobilizado - Composição

Imobilizado	Em R\$					
	MP F	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Bens Móveis (VI = I - II)	151.655.072,68	99.316.936,19	23.371.427,76	10.782.124,42	7.101.155,82	292.226.716,87
Valor Bruto Contábil (I)	549.778.720,86	300.975.225,85	82.759.362,79	36.936.237,85	16.442.420,97	986.891.968,32
Depreciação Acumulada (II)	398.123.648,18	201.658.289,66	59.387.935,03	26.154.113,43	9.341.265,15	694.665.251,45
Bens Imóveis (VII = III - IV - V)	1.650.393.263,50	916.060.598,97	248.068.061,70	263.161.115,04	74.107.868,70	3.151.790.907,91
Valor Bruto Contábil (III)	1.679.228.387,23	929.693.558,60	248.362.880,66	264.288.857,44	74.433.900,00	3.196.007.583,93
Depreciação Acumulada (IV)	27.690.135,29	13.632.959,63	294.818,96	1.127.742,40	326.031,30	43.071.687,58
Amortização Acumulada (V)	1.144.988,44					1.144.988,44
Total Líquido (VIII = VI + VII)	1.802.048.336,18	1.015.377.535,16	271.439.489,46	273.943.239,46	81.209.024,52	3.444.017.624,78

Os bens móveis do MPU alcançaram o valor total de R\$ 986,9 milhões no ano de 2025. Para entender a distribuição desse montante, a tabela a seguir detalha a composição desses ativos, conforme registros patrimoniais atualizados.

Tabela 5 - Bens Móveis - 2025 e 2024

Bens Móveis	Em R\$			
	2025	2024	AH	AV
Bens de Informática	426.653.572,52	457.628.647,01	-6,8%	43,2%
Móveis e Utensílios	224.258.913,53	228.302.467,80	-1,8%	22,7%
Veículos	149.244.018,18	152.500.085,50	-2,1%	15,1%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	117.599.997,96	121.597.458,94	-3,3%	11,9%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	53.386.350,66	56.120.698,46	-4,9%	5,4%
Armamentos	2.431.063,50	2.348.478,48	3,5%	0,2%
Demais Bens Móveis	13.318.051,97	14.379.094,60	-7,4%	1,3%
Total Bruto (I)	986.891.968,32	1.032.876.930,79	-4,5%	100,0%
Depreciação Acumulada (II)	694.665.251,45	683.870.269,99	1,6%	
Total Líquido (III = I - II)	292.226.716,87	349.006.660,80	-16,3%	

Em comparação com o ano de 2024, houve uma redução de 4,5% (o equivalente a R\$ 46 milhões) no valor total dos bens móveis do MPU no ano de 2025. Essa variação foi ocasionada, em especial, pela redução de R\$ 31 milhões em bens de informática.

Em seguida, detalhamos o patrimônio imobiliário. Os bens imóveis em uso pelas unidades gestoras do MPU totalizaram R\$ 3,20 bilhões no mesmo período.

Tabela 6 - Bens Imóveis – 2025 e 2024

Bens Imóveis	Em R\$			
	2025	2024	AH	AV
Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet	2.786.267.348,15	2.782.052.143,15	0,2%	87,2%
Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet	126.490.685,48	126.836.285,48	-0,3%	4,0%
Bens Imóveis em Andamento	276.270.986,70	253.064.099,79	9,2%	8,6%
Instalações	5.565.273,96	7.617.328,38	-26,9%	0,2%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	1.413.289,64	1.413.289,64	0,0%	0,0%
Total Bruto (I)	3.196.007.583,93	3.170.983.146,44	0,8%	100,0%
Depreciação Acumulada (II)	43.071.687,58	36.394.220,04	18,3%	
Amortização Acumulada (III)	1.144.988,44	1.144.988,44	0,0%	
Total Líquido (IV = I - II - III)	3.151.790.907,91	3.133.443.937,96	0,6%	

Os Bens Imóveis de Uso Especial do MPU são todos os prédios, salas, sedes e terrenos que estão diretamente destinados ao funcionamento e à instalação das unidades administrativas. A composição detalhada e os valores desses bens estão apresentados na tabela a seguir.

Tabela 7 - Bens Imóveis de Uso Especial - 2025 e 2024

Bens Imóveis de Uso Especial	Em R\$			
	2025	2024	AH	AV
Edifícios	2.151.592.982,44	2.157.226.762,89	-0,3%	77,2%
Terrenos / Glebas	302.588.795,00	265.976.118,94	13,8%	10,9%
Salas	178.010.099,14	158.498.565,40	12,3%	6,4%
Imóveis Residenciais / Comerciais	132.596.184,42	131.978.987,39	0,5%	4,8%
Estacionamentos e Garagens	12.353.205,23	11.575.236,00	6,7%	0,4%
Lojas	4.239.756,80	4.239.756,80	0,0%	0,2%
Armazens / Galpões	4.036.715,73	4.036.715,73	0,0%	0,1%
Aquartelamentos	849.609,39			0,0%
Autarquias / Fundações		48.520.000,00		0,0%
Registrados no SPIUNet (I)	2.786.267.348,15	2.782.052.143,15	0,2%	100,0%
Edifícios	99.743.548,22	99.743.548,22	0,0%	78,9%
Salas e Escritórios	15.581.930,89	15.581.930,89	0,0%	12,3%
Terrenos / Glebas	10.653.184,42	10.653.184,42	0,0%	8,4%
Imóveis Residenciais / Comerciais	432.021,95	777.621,95	-44,4%	0,3%
Estacionamentos e Garagens	80.000,00	80.000,00	0,0%	0,1%
Não registrados no SPIUNet (II)	126.490.685,48	126.836.285,48	-0,3%	100,0%
Total Bruto (III = I + II)	2.912.758.033,63	2.908.888.428,63	0,1%	

Os Bens Imóveis de Uso Especial corresponderam a 91,1% do valor bruto contábil dos bens imóveis e somaram R\$ 2,91 bilhões em dezembro de 2025. Este montante apresentou um aumento de 0,1% (R\$ 3,9 milhões) em comparação com o valor registrado no final de 2024.

3.1.5. Nota 05 – Intangível

Ativo Intangível é um bem não físico (sem substância material) que possui valor econômico e está sob controle do MPU, capaz de gerar benefícios ou potencial de serviços. Em termos simples, ele representa um direito de uso ou um recurso de valor que não se pode tocar.

Alguns ativos intangíveis podem estar incorporados a elementos que possuem substância física, como no caso de softwares. Será classificado como **ativo intangível** se o software puder ser usado separadamente do equipamento (licenças avulsas). Por outro lado, será classificado como **ativo imobilizado** se o software for indispensável para o funcionamento de um equipamento específico (como um sistema operacional ou um programa de controle de máquina).

Em 31 de dezembro de 2025, o valor líquido dos Ativos Intangíveis do MPU totalizava R\$ 88,4 milhões, sendo integralmente composto por *softwares* com vida útil definida (que são amortizados) e indefinida.

O detalhamento da composição desses ativos encontra-se na tabela a seguir.

Tabela 8 - Intangível - Composição

						Em R\$
Intangível	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Softwares de vida útil definida (III = I - II)	1.714.242,21	213.300,00	0,00	0,00	0,00	1.927.542,21
Valor Bruto Contábil (I)	4.464.337,30	213.300,00				4.677.637,30
Amortização Acumulada (II)	2.750.095,09					2.750.095,09
Softwares de vida útil indefinida (IV)	52.232.057,74	12.112.252,82	11.032.745,24	8.591.345,60	2.508.166,14	86.476.567,54
Total Líquido (V = III + IV)	53.946.299,95	12.325.552,82	11.032.745,24	8.591.345,60	2.508.166,14	88.404.109,75

O valor contábil bruto de *softwares* (ativos intangíveis) do MPU registrou uma redução de 20,7% no período, representando uma queda de R\$ 23,8 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, à baixa mencionada na Nota 23 (Desincorporação de Ativos). Além disso, é importante ressaltar que essa variação também pode decorrer de baixas patrimoniais por obsolescência tecnológica, substituição de licenças de *softwares* por versões mais atualizadas, ou mesmo pela não renovação de contratos de uso.

Tabela 9 - Softwares - 2025 e 2024

				Em R\$
Intangível	2025	2024	AH	AV
Softwares com Vida Útil Definida	4.677.637,30	4.487.615,34	4,2%	5,1%
Softwares com Vida Útil Indefinida	86.476.567,54	110.451.246,90	-21,7%	94,9%
Total Bruto (I)	91.154.204,84	114.938.862,24	-20,7%	100,0%
Amortização Acumulada (II)	2.750.095,09	2.879.743,68	-4,5%	
Total Líquido (III = I - II)	88.404.109,75	112.059.118,56	-21,1%	

3.1.6. Nota 06 – Férias a Pagar

Em 31/12/2025, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R\$ 175,2 milhões referente a férias a pagar. Este montante representou 91,4% do total do agrupamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo. A composição detalhada das obrigações de férias a pagar está apresentada na tabela a seguir.

Tabela 10 - Férias a Pagar - 2025 e 2024

Férias a Pagar	Em R\$			
	2025	2024	AH	AV
MPF	129.674.331,74	126.887.859,15	2,2%	74,0%
MPT	29.431.305,73	27.873.610,25	5,6%	16,8%
MPDFT	13.433.332,72	12.262.545,34	9,5%	7,7%
MPM	2.628.446,43	982.525,99	167,5%	1,5%
Total	175.167.416,62	168.006.540,73	4,3%	100,0%

As unidades gestoras encarregadas da elaboração da folha de pessoal no âmbito do MPU devem realizar a conciliação dos saldos das contas contábeis vinculadas ao agrupamento de pessoal a pagar, em conformidade com as recomendações do Tribunal de Contas da União e da Auditoria Interna do MPU. Esse processo também deve observar rigorosamente as diretrizes estabelecidas na Macrofunção [02.11.42 \(Folha de Pagamento\)](#) do Manual Siafi.

A conciliação periódica desses saldos é fundamental para assegurar a fidedignidade das informações contábeis, contribuindo para a transparência fiscal, a adequada prestação de contas e a efetiva governança dos recursos públicos. Além disso, esse processo permite a identificação de inconsistências ou registros indevidos que possam comprometer a integridade dos demonstrativos financeiros, fortalecendo o controle interno e alinhando a gestão do MPU às melhores práticas de *accountability* no setor público.

3.1.7. Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2025, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R\$ 7,9 milhões em aberto com fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

No gráfico a seguir, são evidenciados os ramos do MPU que possuem essas obrigações registradas no Siafi.

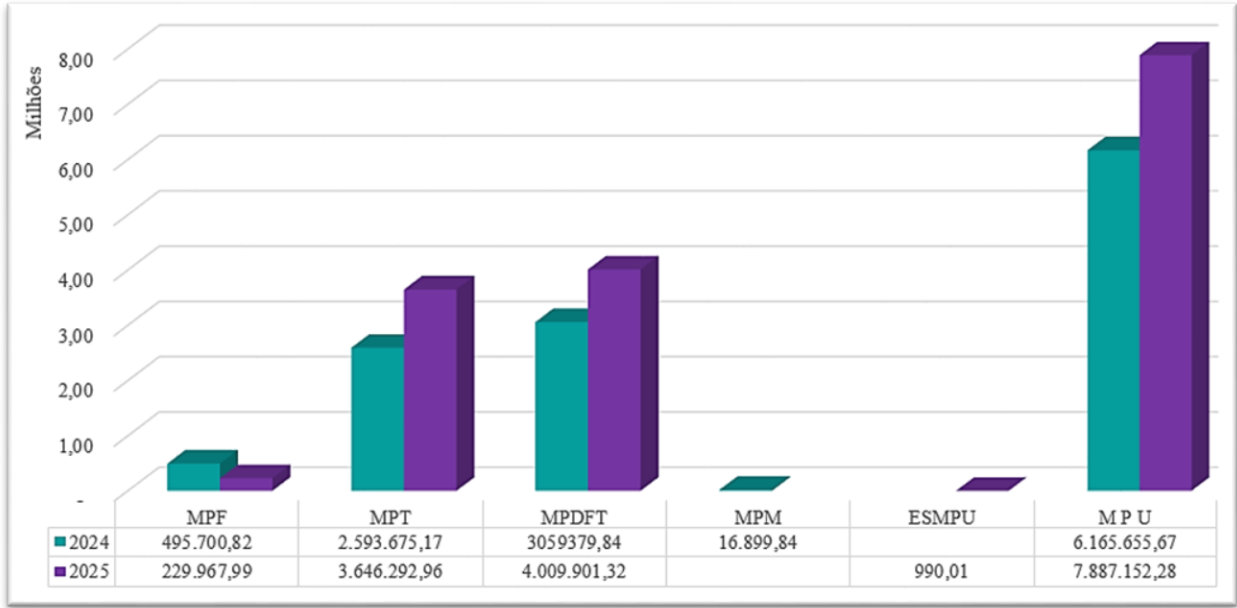


Gráfico 2 - Fornecedores e Contas a Pagar por Contratante

Na continuação, apresenta-se a tabela com as unidades gestoras contratantes que possuem os valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Contratante

Unidade Gestora	31/12/2025	Em R\$
		AV
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	4.009.901,32	50,8%
Diretoria de Administração da PGT	3.188.780,86	40,4%
Demais Unidades Gestoras do MPT	457.512,10	5,8%
Ministério Público Federal	229.967,99	2,9%
Escola Superior do Ministério Público da União	990,01	0,0%
Total	7.887.152,28	100,0%

As unidades gestoras do Ministério Público do DF e Territórios e da Diretoria de Administração da PGT são responsáveis por 91,3% do total a ser pago. No MPDFT essas obrigações decorrem principalmente de despesa com serviços de vigilância armada e desarmada e de limpeza e conservação. Por sua vez, na Procuradoria-Geral do Trabalho as obrigações são decorrentes de despesas com hospedagem externa de equipamentos de TI, serviço móvel pessoal (SMP), serviço móvel de dados (SMD) e com despesas condominiais do seu edifício-sede.

3.1.8. Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Uma parcela significativa dos passivos neste item refere-se a depósitos em contas vinculadas, provenientes de retenções contratuais junto a fornecedores. Tais valores são retidos pelas unidades gestoras do MPU com a finalidade de assegurar o adimplemento de obrigações trabalhistas em contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

Além disso, há R\$ 24,7 milhões repassados a unidades gestoras do MPU que ainda aguardam o registro da prestação de contas no Siafi, a ser efetuado pela unidade descentralizadora dos créditos. Tais repasses originam-se, sobretudo, do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (UG 200401/00001) para as seguintes unidades gestoras beneficiadas:

- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, relativo ao TED nº 57/2019 – registrado no Siafi sob o nº 698761 –, no montante de R\$ 23.724.642,05, destinado à aquisição de ferramentas e recursos tecnológicos voltados ao aparelhamento do Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação e do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro – CILAB/MPDFT, bem como ao fortalecimento das atividades do Grupo de Atuação Especial ao Combate ao Crime Organizado – GAECO, com o objetivo de apoiar ações de investigação e inteligência conduzidas pelo MPDFT. A vigência do instrumento foi até 30/11/2024.
- Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, relativo ao TED nº 52/2019 – registrado no Siafi sob o nº 698166 –, no valor de R\$ 768.319,68 destinado a fortalecer e expandir a atuação do Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos – FGCI. Atualmente sob a coordenação da PR/RS, o FGCI desenvolve uma campanha educativa de abrangência estadual. O foco dessa campanha é a comunicação dos riscos associados à exposição aos agrotóxicos, além de incentivar e promover o fortalecimento de práticas agroecológicas em todo o estado. A vigência do instrumento foi até 27/12/2021.

3.1.9. Nota 09 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Longo Prazo

As obrigações de longo prazo do MPU incluem passivos referentes a vantagem pecuniárias específicas dos membros e servidores, como a Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) e a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI). Os montantes estão contabilizados da seguinte forma: R\$ 89,9 milhões no Ministério Público do Trabalho, R\$ 96,1 milhões no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e R\$ 35,1 milhões no Ministério Público Militar.

3.1.10. Nota 10 – Demais Reservas

Até dezembro de 2025, a conta 23611.01.00 (Reavaliação de Bens Imóveis) recebeu diversos lançamentos para ajustes de valores. Esses registros foram realizados em estrita conformidade com as solicitações da Secretaria do Patrimônio da União e da Secretaria do Tesouro Nacional, e resultaram de:

- ✓ Correções cadastrais executadas no sistema SPIUnet.
- ✓ Ajustes nos valores de depreciação acumulada registrados no Siafi para os bens imóveis das unidades gestoras do MPU.

Além disso, importa destacar que o relatório final do Grupo de Trabalho (GT), instituído pela Portaria SG/MPU nº 223, de 18 de outubro de 2024, apresentou um plano de ação abrangente para atualizar os valores dos imóveis do MPU no SPIUNet.

O GT concluiu que a atualização exige o foco em tecnologia e capacitação de pessoal. Entre os encaminhamentos, estão:

- A aquisição do software Sisdea ou Sisreg (com recomendação inicial de duas licenças por ramo do MPU).
- A oferta de cursos de avaliação de imóveis a cada quatro anos para engenheiros e arquitetos do MPU.
- A criação e divulgação de uma lista de profissionais capacitados no MPU para que as Unidades Gestoras possam buscar apoio interno para as avaliações.
- A manutenção da parceria com a SPU para a realização de novas edições do curso de avaliação de imóveis.

- A elaboração de uma Nota Técnica pela SEA/MPF, detalhando a "METODOLOGIA PARA EDIÇÃO DE DADOS NO SPIUNET".

Para a realização das avaliações propriamente ditas, foi estabelecida e deverá ser divulgada uma ordem de prioridade. O meio preferencial é a utilização de engenheiro ou arquiteto capacitado do quadro da própria Unidade Gestora. Em segundo lugar, o trabalho pode ser realizado por um profissional capacitado de outra Unidade do MPU, com a Unidade solicitante cobrindo as despesas de deslocamento e diárias. Somente como última opção deve-se recorrer à contratação de bancos públicos federais ou empresas especializadas para a emissão dos laudos de avaliação.

3.1.11. Nota 11 – Atos Potenciais Ativos

Esta seção do Balanço Patrimonial registra os eventos futuros que podem gerar um impacto positivo no patrimônio do MPU. Esses registros são feitos apenas para fins de controle e acompanhamento, pois ainda não têm efeito financeiro imediato.

O item mais relevante nesta seção é Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar. Ele representa as garantias (como fianças, seguros-garantia e cauções) que o MPU recebeu de terceiros para assegurar o cumprimento de obrigações contratuais. Se o terceiro não cumprir o contrato, o MPU executa essa garantia.

O total de garantias recebidas e monitoradas pelo MPU atingiu R\$ 82,1 milhões em 31 de dezembro de 2025. A composição detalhada desse valor está na tabela a seguir.

Tabela 12 - Garantias e Contragarantias Recebidas

Garantias e Contragarantias Recebidas							Em R\$
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	AV
Seguros-Garantia a Executar	40.210.124,93	24.007.668,87	4.132.855,74	11.500.581,81	1.000.693,16	80.851.924,51	98,5%
Fianças a Executar	657.771,67	353.952,97		54.572,44		1.066.297,08	1,3%
Caução a Executar	106.557,37	12.932,95		14.154,27		133.644,59	0,2%
Total	40.974.453,97	24.374.554,79	4.132.855,74	11.569.308,52	1.000.693,16	82.051.866,18	100,0%

Os maiores valores apropriados na conta de Seguros-Garantia a Executar são observados na SA/MPF (R\$ 19,5 milhões), na DA/PGT (R\$ 15 milhões), no MPM (R\$ 11,5 milhões), no MPDFT (R\$ 4,1 milhões), na PR/RN (R\$ 3,7 milhões), na PR/BA (R\$ 2,5 milhões), na PR/RR (R\$ 2,2 milhões), na PR/PA (R\$ 1,4 milhão), na PRT-4ªRegião/RS (R\$ 1,2 milhão), na PRT-15ªRegião/Campinas-SP (R\$ 1,2 milhão), na PR/RS (R\$ 1,1 milhão), na PRT-1ªRegião/RJ (R\$ 1,1 milhão) e na ESMPU (R\$ 1 milhão).

3.1.12. Nota 12 – Atos Potenciais Passivos

Assim como monitoramos os direitos, também registramos os compromissos futuros que podem gerar obrigações para o MPU (os chamados "atos potenciais passivos").

O item mais importante para controle nesta seção do Balanço Patrimonial é o das Obrigações Contratuais a Executar. A composição detalhada dessas obrigações que devem ser monitoradas está apresentada a seguir:

Tabela 13 - Obrigações Contratuais - Composição

Obrigações Contratuais	Em R\$					
	M P F	M P T	M P D F T	M P M	E S M P U	M P U
Contratos de Serviços	837.322.410,34	404.416.642,62	120.964.080,94	55.058.806,73	25.947.670,50	1.443.709.611,13
Contratos de Aluguéis	89.627.506,73	31.361.228,96	899.036,03	1.946.345,19		123.834.116,91
Contratos de Fornecimento de Bens	13.099.495,12	2.368.121,25	1.816.359,20	1.876.615,99	964.438,08	20.125.029,64
Contratos de Seguros	8.964,44	22.751,18		198,40		31.914,02
Total	940.058.376,63	438.168.744,01	123.679.476,17	58.881.966,31	26.912.108,58	1.587.700.671,70

As obrigações contratuais referem-se ao monitoramento dos compromissos que as unidades gestoras assumiram com terceiros para a aquisição de bens e a prestação de serviços. O MPU registra esses valores para fins de controle, como contratante.

Ao final de 2025, os contratos de prestação de serviços representavam 90,9% do total das obrigações assumidas, demonstrando a importância desse tipo de contratação para a estrutura do Ministério Público da União.

As principais contratações que geram esse passivo potencial, registradas no Siafi, são decorrentes de:

- Serviços de comunicação de dados em nível nacional;
- Solução de comunicação unificada (UCAAS) com fornecimento de ramais IP e alocação de aparelhos telefônicos IP sob demanda, com serviço telefônico fixo comutado;
- Licença de uso e manutenção do sistema de automação da justiça para ministérios públicos – módulos judicial e extrajudicial;
- Serviços de agenciamento de viagens nacionais e internacionais;
- Serviços gerenciados de computação em nuvem e de segurança;
- Fornecimentos de subscrições Microsoft no regime *Enterprise Agreement Subscription - EAS*;
- Serviços de vigilância armada e desarmada;
- Serviços dos correios;

- Serviços de mão de obra residente, de limpeza, conservação e higienização; e
- Construção de imóveis.

3.1.13. Nota 13 – Controles Contábeis – Ativos Contingentes

Em observância às normas contábeis vigentes, em especial o item 17.6.3. (Ativo Contingente⁴) do MCASP e subitem 5.1.4 da Macrofunção 02.03.44 (Bens Imóveis) do Siafi, foi efetuado o registro, na conta 89991.49.01 (Ativos Contingentes Previstos) e no valor de R\$ 23.008.131,34, do bem imóvel da PRT – 18ª Região / GO, cuja posse ou propriedade ainda se encontra em disputa, em âmbito administrativo ou judicial. O referido imóvel corresponde ao edifício-sede, localizado à Avenida T-63 nº 1680, Quadra 572, esquina com Rua C-253, Setor Nova Suíça – Goiânia – GO.

3.1.14. Nota 14 – Superávit/Déficit Financeiro

O superávit/déficit financeiro é um indicador da posição financeira, calculado pela diferença entre ativo e passivo financeiros⁵. Este indicador permite analisar a disponibilidade de recursos que podem ser utilizados como fonte para a abertura de créditos adicionais.

No exercício de 2025, foi registrado um superávit financeiro de R\$ 603,2 milhões. Em comparação com o exercício anterior, observa-se um aumento de R\$ 100,8 milhões. O detalhamento dessa evolução está demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 14 - Cálculo do Superávit Financeiro - 2025 e 2024

	Em R\$		
	2025	2024	Varição
(+) Ativo Financeiro (AF)	698.546.574,55	676.854.639,51	21.691.935,04
(-) Passivo Financeiro (PF)	95.344.346,93	174.421.412,71	-79.077.065,78
(=) Superávit/Déficit Financeiro (AF - PF)	603.202.227,62	502.433.226,80	100.769.000,82

⁴ De acordo com o item 40 da NBC TSP 03, os “ativos contingentes usualmente decorrem de eventos não planejados ou inesperados que (a) não estejam totalmente sob controle da entidade e (b) que dão origem a possibilidade da entrada de recursos econômicos ou potencial de serviços para a entidade. Um exemplo corresponde a uma reivindicação da entidade por meio de processos legais, em que o resultado é incerto”.

⁵ O **Ativo Financeiro** compreende os créditos e valores realizáveis independentemente da autorização orçamentária e dos valores numerários, enquanto o **Passivo Financeiro** compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. (Art. 105, §§ 1º e 3º, da Lei nº 4.320/1964).

3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Esta demonstração detalha as mudanças no patrimônio do MPU, abrangendo tanto aquelas originadas pela execução orçamentária quanto as de outras fontes. O objetivo principal é evidenciar o resultado patrimonial do período, que é determinado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas (VPA e VPD).

Se o total das variações patrimoniais aumentativas superar o das diminutivas, o resultado será um superávit patrimonial. Caso contrário, com as variações patrimoniais diminutivas em excesso, será apurado um déficit patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício 2025

				Em R\$
	NExp	2025	2024	
Variações Patrimoniais Aumentativas				
<i>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</i>		26.669.302,28	1.364.072,97	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	15	26.669.302,28	1.364.072,97	
<i>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</i>		688,56	329,09	
Juros e Encargos de Mora		688,55	328,85	
Variações Monetárias e Cambiais		0,01	0,24	
<i>Transferências e Delegações Recebidas</i>		19.767.005.426,29	18.638.736.983,75	
Transferências Intragovernamentais		19.697.973.336,62	18.538.644.981,39	
Outras Transferências e Delegações Recebidas		69.032.089,67	100.092.002,36	
<i>Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorp. de Passivos</i>		10.771.392,83	9.753.753,13	
Reavaliação de Ativos			269.748,12	
Ganhos com Alienação		350.633,03		
Ganhos com Incorporação de Ativos	16	10.396.751,09	9.106.533,04	
Ganhos com Desincorporação de Passivos		24.008,71	377.471,97	
<i>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</i>		26.331.286,38	80.371.526,89	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	17	26.331.286,38	80.371.526,89	
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		19.830.778.096,34	18.730.226.665,83	

	NExp	2025	2024
Variações Patrimoniais Diminutivas			
<i>Pessoal e Encargos</i>		7.277.599.699,37	6.841.853.226,31
Remuneração a Pessoal	18	5.908.725.629,04	5.562.505.357,78
Encargos Patronais	18	932.277.633,62	884.239.027,61
Benefícios a Pessoal	19	425.226.688,97	383.648.767,55
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		11.369.747,74	11.460.073,37
<i>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>	20	1.297.121.924,43	1.212.500.359,74
Aposentadorias e Reformas		875.337.029,90	821.535.097,03
Pensões		223.544.158,68	216.324.174,73
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		198.240.735,85	174.641.087,98
<i>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>	21	1.130.067.548,79	1.063.966.334,10
Uso de Material de Consumo		22.704.392,15	22.879.750,26
Serviços		1.039.799.451,56	968.710.948,66
Depreciação, Amortização e Exaustão		67.563.705,08	72.375.635,18
<i>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</i>		167.669,31	27.551,37
Juros e Encargos de Mora		21.243,74	27.112,89
Variações Monetárias e Cambiais		146.202,59	
Descontos Financeiros Concedidos		222,98	438,48
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>		9.972.318.740,47	9.342.768.195,64
Transferências Intragovernamentais	22	9.898.014.770,68	9.298.312.335,40
Outras Transferências e Delegações Concedidas		74.303.969,79	44.455.860,24
<i>Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos</i>		54.354.934,59	186.000.965,95
Perdas com Alienação		317.903,54	
Perdas Involuntárias		194.586,85	413.582,07
Incorporação de Passivos		243.609,05	5.752.370,00
Desincorporação de Ativos	23	53.598.835,15	179.835.013,88
<i>Tributárias</i>		2.364.735,39	2.215.964,74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.006.748,65	994.729,50
Contribuições		1.357.986,74	1.221.235,24
<i>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</i>		7.838.022,54	7.482.942,48
Premiações			
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	24	7.838.022,54	7.482.942,48
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		19.741.833.274,89	18.656.815.540,33
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	25	88.944.821,45	73.411.125,50

3.2.1. Nota 15 – Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Do valor total registrado ao final de 2025, R\$ 22,7 milhões foram arrecadados das taxas de inscrição do 11º Concurso Público para Analista e Técnico do MPU, e R\$ 1,9 milhão proveio das taxas do 31º Concurso Público para Procurador da República. Ambas as arrecadações foram contabilizadas pela Secretaria de Administração do Ministério Público Federal.

Adicionalmente, R\$ 1,5 milhão decorre das taxas de inscrição do 33º Concurso Público para Promotor de Justiça Adjunto, que foram arrecadadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

3.2.2. Nota 16 – Ganhos com Incorporação de Ativos

No ano de 2025, os ganhos com incorporações de ativos foram impulsionados, em grande parte, pelo registro contábil de valores pagos indevidamente (MPDFT – na conta de pensionista falecida – 2025NS002655) e por valores provenientes do acionamento de seguro garantia (Procuradoria da República no Espírito Santo – 2025NS000423).

3.2.3. Nota 17 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

A tabela a seguir apresenta a composição desse item no exercício de 2025.

Tabela 15 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição

Diversas VPA	Em R\$					
	M P F	M P T	M P D F T	M P M	E S M P U	M P U
VPA decorrente de fatores geradores diversos	20.046.878,95	6.459,61	5.439,43	26.833,11	29.432,41	20.115.043,51
Restituições	4.066.506,62	831.357,91	116.333,80	49.096,82	22.515,52	5.085.810,67
Multas Administrativas	146.844,73	123.751,59	238.839,56			509.435,88
Indenizações	433.410,24	25.214,24		27.797,95		486.422,43
Compensação Financeira entre RGPS e RPPS/SPSM	129.332,07	2.972,82				132.304,89
Ressarcimento	2.269,00					2.269,00
Total	24.825.241,61	989.756,17	360.612,79	103.727,88	51.947,93	26.331.286,38

O valor registrado no título *VPA decorrente de fatores geradores diversos* teve como principal origem a arrecadação realizada pela Secretaria de Administração do MPF (UG 200.100), por meio do código de recolhimento 13920-3 (MPF-Recuperação de recursos no combate a corrupção e proteção de direitos difusos). Já os valores relacionados às restituições referem-se, majoritariamente, às folhas de pagamento processadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP/MPF (UG 380.004) e pela Diretoria de Administração da PGT (UG 200.200).

3.2.4. Nota 18 – Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais

Na Demonstração das Variações Patrimoniais, este item registra a remuneração do pessoal ativo civil. Ele representa o total das variações patrimoniais diminutivas provenientes de subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias (fixas ou variáveis, conforme lei) pagas pelo efetivo exercício de cargo, emprego ou função no setor público. Inclui também obrigações trabalhistas do empregador incidentes sobre a folha, contribuições previdenciárias a entidades fechadas e benefícios eventuais, com a exceção dos custos de pessoal e encargos relacionados à venda de bens e prestação de serviços.

No exercício de 2025, as despesas totais com remuneração de pessoal e encargos patronais no MPU atingiram R\$ 6,84 bilhões. Na sequência, é apresentada a discriminação dessas despesas por rubrica principal, agrupadas segundo os diferentes ramos do MPU e a ESMPU.

Tabela 16 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais - Composição

Em R\$						
Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Gratificações	1.280.019.232,07	542.905.995,75	293.848.065,73	72.269.259,71	8.959.141,40	2.198.001.694,66
Vencimentos e Salários	1.193.743.218,74	545.527.523,82	269.088.829,18	68.150.143,83	3.757.737,41	2.080.267.452,98
Contribuição Patronal para o RPPS	460.490.458,02	196.735.110,92	104.563.038,15	32.888.724,42	1.551.829,24	796.229.160,75
Férias	400.131.926,28	177.069.222,94	109.444.321,33	21.480.364,50	1.457.600,21	709.583.435,26
13º Salário	226.764.075,79	99.378.914,01	50.617.703,35	12.988.695,06	1.131.705,18	390.881.093,39
Licenças					83.825,45	83.825,45
Complementação de Previdência	47.516.416,99	21.849.061,79	14.967.562,14	1.459.227,24	230.359,37	86.022.627,53
Abonos	30.390.689,45	15.154.365,78	7.732.329,86	4.185.369,79	26.425,70	57.489.180,58
Outras rubricas	269.686.205,59	158.763.518,41	76.915.958,34	16.562.938,83	516.170,89	522.444.792,06
Total	3.908.742.222,93	1.757.383.713,42	927.177.808,08	229.984.723,38	17.714.794,85	6.841.003.262,66

Em comparação com o exercício anterior, as despesas com remuneração de pessoal e encargos patronais tiveram um aumento de R\$ 394,3 milhões (6,1%), conforme detalha a tabela subsequente. Os maiores crescimentos foram notados nas Outras Rubricas, com um acréscimo de R\$ 369,1 milhões (variação expressiva de 240,7%), e de Gratificações, que aumentou R\$ 121,8 milhões (5,9%).

Tabela 17 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais - 2025 e 2024

Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais	Em R\$			
	2025	2024	AH	AV
Gratificações	2.198.001.694,66	2.076.160.451,23	5,9%	32,1%
Vencimentos e Salários	2.080.267.452,98	1.984.676.885,64	4,8%	30,4%
Contribuição Patronal para o RPPS	796.229.160,75	763.268.476,15	4,3%	11,6%
Férias	709.583.435,26	654.469.608,28	8,4%	10,4%
13º Salário	390.881.093,39	365.716.144,20	6,9%	5,7%
Licenças	83.825,45	320.966.955,00	-100,0%	0,0%
Complementação de Previdência	86.022.627,53	78.272.599,49	9,9%	1,3%
Abonos	57.489.180,58	49.888.719,32	15,2%	0,8%
Outras rubricas	522.444.792,06	153.324.546,08	240,7%	7,6%
Total	6.841.003.262,66	6.446.744.385,39	6,1%	100,0%

3.2.5. Nota 19 – Benefícios a Pessoal

O item compreende o valor total das variações patrimoniais diminutivas referentes a benefícios devidos a pessoal civil, como ajuda de custo, auxílio creche, auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte, indenização de transporte, entre outros.

A tabela a seguir detalha a composição dos Benefícios a Pessoal registrados no Siafi.

Tabela 18 - Benefícios a Pessoal - Composição

Benefícios a Pessoal	Em R\$					
	M P F	M P T	M P D F T	M P M	E S M P U	M P U
Auxílio Alimentação	212.082.904,53	84.936.319,15	45.679.359,12	12.433.108,22	1.212.082,30	356.343.773,32
Auxílio Creche	33.851.659,56	13.539.985,39	8.517.841,38	1.383.540,48	120.486,78	57.413.513,59
Auxílio Moradia	4.454.960,13	2.207.560,53		428.673,36	6.228,10	7.097.422,12
Ajuda de Custo	2.031.879,01	664.291,75	519.580,08	325.255,17		3.541.006,01
Auxílio Transporte	251.220,16	187.060,08	8.249,80	71.311,76		517.841,80
Indenização de Transporte	223.455,12	75.795,05				299.250,17
Outros Benefícios		12.270,87		1.611,09		13.881,96
Total	252.896.078,51	101.623.282,82	54.725.030,38	14.643.500,08	1.338.797,18	425.226.688,97

As despesas com benefícios a pessoal atingiram R\$ 425,2 milhões em 2025, o que significa um aumento de R\$ 41,6 milhões (10,8%) em comparação com o exercício anterior, conforme é detalhado na tabela a seguir. Destaca-se o Auxílio Alimentação com o maior aumento de despesa (R\$ 42,7 milhões ou 13,6%), enquanto a Ajuda de Custo apresentou a maior redução (R\$ 2 milhões, correspondendo a -36,4%).

Tabela 19 - Benefícios a Pessoal - 2025 e 2024

Benefícios a Pessoal	2025	2024	Em R\$	
			AH	AV
Auxílio Alimentação	356.343.773,32	313.610.655,93	13,6%	83,8%
Auxílio Creche	57.413.513,59	57.572.437,80	-0,3%	13,5%
Auxílio Moradia	7.097.422,12	5.589.817,74	27,0%	1,7%
Ajuda de Custo	3.541.006,01	5.569.224,72	-36,4%	0,8%
Auxílio Transporte	517.841,80	697.090,16	-25,7%	0,1%
Indenização de Transporte	299.250,17	377.844,73	-20,8%	0,1%
Outros Benefícios	13.881,96	231.696,47	-94,0%	0,0%
Total	425.226.688,97	383.648.767,55	10,8%	100,0%

3.2.6. Nota 20 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Este item, conforme definido pelo MCASP, registra as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reservas remuneradas e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as políticas de seguridade social de natureza não contributiva, destinadas a combater a pobreza, garantir o mínimo social e promover a universalização de direitos sociais.

Na continuação, apresenta-se a tabela com as principais rubricas desse item.

Tabela 20 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Composição

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	Em R\$
Aposentadorias pendentes de aprovação	299.577.042,57	63.538.283,30	21.640.094,39	9.571.120,64	56.453,16	394.382.994,06	
Proventos - Pessoal Civil	129.719.021,33	144.392.453,05	69.764.940,44	29.811.369,55		373.687.784,37	
Assistência a Saúde	112.391.828,98	49.565.806,50	26.351.375,51	7.262.244,76	525.799,65	196.097.055,40	
Pensões Cívis	90.254.739,71	56.877.336,24	24.087.652,14	21.779.415,07		192.999.143,16	
13º Salário	44.103.879,87	21.971.050,38	10.725.008,08	4.991.034,77	5.872,33	81.796.845,43	
Gratificações	24.436.553,20	19.517.699,13	7.845.061,08	816.901,54		52.616.214,95	
Outros benefícios	2.858.413,96	1.740.342,38	922.897,19	20.233,53		5.541.887,06	
Total	703.341.479,62	357.602.970,98	161.337.028,83	74.252.319,86	588.125,14	1.297.121.924,43	

No exercício de 2025, este item registrou um acréscimo de R\$ 84,6 milhões (variação de 7%) em relação ao ano anterior. Esse aumento foi ocasionado principalmente pelo crescimento de R\$ 60,1 milhões nas despesas com aposentadorias pendentes de aprovação, representando uma variação de 18%, e de R\$ 22,9 milhões (variação de 13,2%) nas despesas com assistência à saúde.

Tabela 21 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - 2025 e 2024

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2025	2024	AH	Em R\$	
				AV	
Aposentadorias pendentes de aprovação	394.382.994,06	334.277.600,66	18,0%	30,4%	
Proventos - Pessoal Civil	373.687.784,37	383.135.429,46	-2,5%	28,8%	
Assistência a Saúde	196.097.055,40	173.235.899,97	13,2%	15,1%	
Pensões Cíveis	192.999.143,16	187.249.750,59	3,1%	14,9%	
13º Salário	81.796.845,43	78.688.096,03	4,0%	6,3%	
Gratificações	52.616.214,95	52.275.385,31	0,7%	4,1%	
Outros benefícios	5.541.887,06	3.638.197,72	52,3%	0,4%	
Total	1.297.121.924,43	1.212.500.359,74	7,0%	100,0%	

3.2.7. Nota 21 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Excetuando-se as despesas com pessoal e respectivos encargos, este item compreende as demais despesas essenciais para a manutenção e o funcionamento das unidades gestoras do Ministério Público da União.

A seguir, é apresentada a tabela com as principais rubricas que compõem este item das variações patrimoniais diminutivas.

Tabela 22 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Composição

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	Em R\$	
						MPU	
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	248.793.915,00	75.100.750,77	22.012.012,24	17.802.594,60	145.798,65	363.855.071,26	
Serviços Técnicos Profissionais	279.354.649,44	31.405.206,81	31.168.216,02	5.521.915,71	15.126.940,14	362.576.928,12	
Locações e Arrendamentos	47.093.010,61	31.257.035,43	143.736,45	22.092,52	166.222,04	78.682.097,05	
Depreciação de Bens Móveis	30.031.580,70	20.172.329,84	6.287.553,97	1.729.714,42	1.442.481,42	59.663.660,35	
Serviços Educacionais e Culturais	39.889.790,80	9.143.087,77	3.961.047,99	1.620.866,97	11.120,00	54.625.913,53	
Serv. Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	29.924.972,48	10.884.280,37	5.165.681,33	2.140.177,41	312.994,61	48.428.106,20	
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	26.503.760,20	11.021.579,07	3.327.397,02	2.403.616,31	159.889,52	43.416.242,12	
Diárias	28.449.672,32	8.526.878,41	823.794,46	1.138.315,39	1.981.865,17	40.920.525,75	
Serviços Administrativos	9.579.172,75	11.927.609,84		1.637.556,57		23.144.339,16	
Serviços Transportes, Passagem, Locom. e Hospedagem	16.593.072,91	3.470.392,27	558.782,30	706.034,13	1.196.732,69	22.525.014,30	
Material de Consumo Imediado	8.378.582,79	3.151.565,67	24.991,23	864.615,43	25.732,06	12.445.487,18	
Consumo de Materiais Estocados - Almozanifado	6.137.059,83	1.679.825,01	947.505,71	98.094,04	171.536,20	9.034.020,79	
Depreciação de Bens Imóveis	4.849.271,37	2.344.504,33	204.729,49	317.237,18	140.574,65	7.856.317,02	
Outras rubricas	2.022.124,88	581.832,92	287.904,74	791,12	1.172,30	2.893.825,96	
Total	777.600.636,08	220.666.878,51	74.913.352,95	36.003.621,80	20.883.059,45	1.130.067.548,79	

Esse item registrou um aumento de R\$ 66,1 milhões (variação de 6,2%) em relação ao exercício anterior. Em 2025, o principal fator que contribuiu para esse resultado foi o acréscimo na despesa com prestação de serviços técnicos profissionais, no valor de R\$ 66,5 milhões.

Tabela 23 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - 2025 e 2024

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2025	2024	AH	Em R\$	
				AV	
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	363.855.071,26	362.395.405,36	0,4%	32,2%	
Serviços Técnicos Profissionais	362.576.928,12	296.114.665,12	22,4%	32,1%	
Locações e Arrendamentos	78.682.097,05	74.456.983,69	5,7%	7,0%	
Depreciação de Bens Móveis	59.663.660,35	63.778.123,57	-6,5%	5,3%	
Serviços Educacionais e Culturais	54.625.913,53	50.867.994,01	7,4%	4,8%	
Serv.Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	48.428.106,20	51.241.775,55	-5,5%	4,3%	
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	43.416.242,12	49.162.368,06	-11,7%	3,8%	
Diárias	40.920.525,75	38.460.893,30	6,4%	3,6%	
Serviços Administrativos	23.144.339,16	21.392.566,28	8,2%	2,0%	
Serviços Transportes, Passagem, Locom. e Hospedagem	22.525.014,30	22.879.499,37	-1,5%	2,0%	
Material de Consumo Imediado	12.445.487,18	13.137.882,26	-5,3%	1,1%	
Consumo de Materiais Estocados - Almoxarifado	9.034.020,79	8.521.842,11	6,0%	0,8%	
Depreciação de Bens Imóveis	7.856.317,02	8.589.281,05	-8,5%	0,7%	
Outras rubricas	2.893.825,96	2.967.054,37	-2,5%	0,3%	
Total	1.130.067.548,79	1.063.966.334,10	6,2%	100,0%	

3.2.8. Nota 22 – Transferências Intragovernamentais

A totalidade das Transferências Intragovernamentais está majoritariamente relacionada ao sub-repasse⁶ concedido pela Setorial Financeira do MPU (Unidade Gestora 200.097 – Secretaria Geral do MPF). A composição dessas transferências é detalhada na tabela a seguir.

Tabela 24 - Transferências Intragovernamentais - Composição

Transferências Intragovernamentais	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	Em R\$	
						MPU	
Sub-Repasse Concedido	9.754.261.506,88	82.729,72	1.595.501,40		11.484,36	9.755.951.222,36	
Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar	79.062.688,83					79.062.688,83	
Movimento de Saldos Patrimoniais	51.604.550,41	2.583.294,39	429.118,25	118.488,01	44.712,15	54.780.163,21	
Repasse Concedido	3.970.058,11			27.366,59		3.997.424,70	
Diferido - Cota Devolvida	2.564.425,28					2.564.425,28	
Demais Transferências Concedidas	997.527,88					997.527,88	
Diferido - Sub-Repasse Devolvido	274.451,29	56.518,73	16.922,98	150.762,45		498.655,45	
Movimentações de VPD	158.447,97	4.215,00				162.662,97	
Total	9.892.893.656,65	2.726.757,84	2.041.542,63	296.617,05	56.196,51	9.898.014.770,68	

⁶ **Sub-repasse** é um tipo de liberação de recursos dos órgãos setoriais de programação financeira para as unidades gestoras de sua jurisdição e entre as unidades gestoras de um mesmo ministério, órgão ou entidade. (art. 19, inc. III, do Decreto nº 825/1993)

3.2.9. Nota 23 – Desincorporação de Ativos

As principais desincorporações foram registradas nas seguintes unidades gestoras:

- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (UG 200.009): R\$ 12.534.517,91 (2025NS002306).
 - ✓ Motivo: Baixa de materiais (softwares com vida útil indefinida) que estavam erroneamente registrados como intangíveis.
- Procuradoria da República em Minas Gerais (UG 200.035): R\$ 9.217.907,18 (total das duas baixas: R\$ 7.608.074,62 (2025NS001656) e R\$ 1.609.832,56 (2025NS001657)).
 - ✓ Motivo: Baixa de saldos da conta 12321.06.01 (Obras em andamento), devido ao término das obras nos edifícios-sede da PRM de Uberlândia – MG e da PRM de Varginha – MG.
- Secretaria de Administração do MPF (UG 200.100): R\$ 11.133.644,15 (2025NS004208).
 - ✓ Motivo: Baixa de contratos de obra finalizada para posterior incorporação no SPIUnet.
- Diretoria de Administração da Procuradoria-Geral do Trabalho (UG 200.200): R\$ 10.203.521,41 (2025NS008751).
 - ✓ Motivo: Baixa de softwares.

3.2.10. Nota 24 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Esse agrupamento destina-se ao registro das variações patrimoniais diminutivas que não se enquadram em categorias específicas. No exercício de 2025, ele foi composto por despesas com restituições (R\$ 3,2 milhões), e indenizações (R\$ 4,6 milhões). A distribuição dessas VPDs no MPU é apresentada no gráfico ao lado.

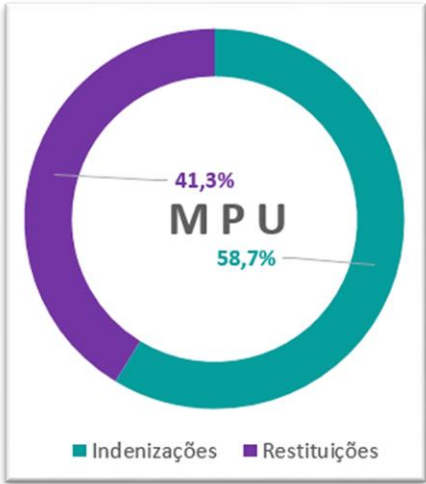


Gráfico 3 - Diversas VPDs

3.2.11. Nota 25 – Resultado Patrimonial

O superávit patrimonial apurado em 2025 totalizou R\$ 88,9 milhões. Este resultado representa a diferença positiva entre o total das VPAs e das VPDs do período, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 25 - Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

	2025	2024	Em R\$ AH
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	19.830.778.096,34	18.730.226.665,83	5,9%
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	19.741.833.274,89	18.656.815.540,33	5,8%
Resultado Patrimonial do Período (III = I -	88.944.821,45	73.411.125,50	21,2%

O resultado patrimonial do MPU apresentou crescimento em relação ao exercício anterior. Em 31 de dezembro de 2025, o superávit apurado foi de R\$ 88,9 milhões, representando um aumento de R\$ 15,5 milhões (21,2%) comparado ao ano de 2024. Este avanço é reflexo do crescimento nas VPAs ter superado o das VPDs no período analisado.

3.3 – Balanço Orçamentário

Esta demonstração contábil evidencia, de forma analítica, as receitas classificadas por categoria econômica e origem. São indicadas a previsão inicial, a previsão atualizada, a arrecadação realizada e o respectivo saldo (superávit ou do déficit de arrecadação). Além disso, o balanço orçamentário contempla as despesas detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza, incluindo a dotação inicial, a dotação atualizada, os montantes empenhados, liquidados, pagos e o saldo remanescente da dotação.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Exercício 2025

Em R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NExp	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	26	558.621,00	558.621,00	26.584.949,07	26.026.328,07
Receita Patrimonial		484.218,00	484.218,00	119.795,51	-364.422,49
Receitas de Serviços				26.131.932,40	26.131.932,40
Outras Receitas Correntes		74.403,00	74.403,00	333.221,16	258.818,16
Receitas de Capital (II)	26	339.757,00	339.757,00	69.276,00	-270.481,00
Alienação de Bens		339.757,00	339.757,00	69.276,00	-270.481,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		898.378,00	898.378,00	26.654.225,07	25.755.847,07
Déficit (V)				9.807.128.507,01	9.807.128.507,01
TOTAL (VI) = (IV + V)		898.378,00	898.378,00	9.833.782.732,08	9.832.884.354,08

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NExp	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VII)	27	9.842.581.046,00	9.856.037.521,00	9.787.279.365,76	9.738.910.166,91	9.725.190.431,78	68.758.155,24
Pessoal e Encargos Sociais		8.056.000.583,00	8.117.719.402,00	8.047.860.826,68	8.046.144.300,44	8.044.024.196,67	69.858.575,32
Outras Despesas Correntes		1.786.580.463,00	1.738.318.119,00	1.739.418.539,08	1.692.765.866,47	1.681.166.235,11	-1.100.420,08
Despesas de Capital (VIII)	27	60.738.838,00	47.282.363,00	46.503.366,32	39.596.791,04	39.061.323,24	778.996,68
Investimentos		60.738.838,00	47.282.363,00	46.503.366,32	39.596.791,04	39.061.323,24	778.996,68
Inversões Financeiras							
Reserva de Contingência (IX)							0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + VIII + IX)		9.903.319.884,00	9.903.319.884,00	9.833.782.732,08	9.778.506.957,95	9.764.251.755,02	69.537.151,92
Superávit (XI)							
TOTAL (XII) = (X + XI)		9.903.319.884,00	9.903.319.884,00	9.833.782.732,08	9.778.506.957,95	9.764.251.755,02	69.537.151,92

Execução de Restos a Pagar Não Processados

Exercício 2025

Em R\$

	NExp	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios	Em 31 de				
		Anteriores	Dezembro do				
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes		71.399.737,13	55.874.054,07	42.876.481,25	42.620.039,71	78.586.302,12	6.067.449,37
Pessoal e Encargos Sociais		67.026.435,92	5.162.667,83	2.728.596,75	2.728.596,75	67.142.361,84	2.318.145,16
Outras Despesas Correntes		4.373.301,21	50.711.386,24	40.147.884,50	39.891.442,96	11.443.940,28	3.749.304,21
Despesas de Capital		2.447.412,92	16.524.963,65	13.440.410,88	13.189.839,87	1.063.285,30	4.719.251,40
Investimentos		2.447.412,92	16.524.963,65	13.440.410,88	13.189.839,87	1.063.285,30	4.719.251,40
Inversões Financeiras							
TOTAL	28	73.847.150,05	72.399.017,72	56.316.892,13	55.809.879,58	79.649.587,42	10.786.700,77

Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados
Exercício 2025

Em R\$

	Inscritos					
	NExp	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes		67.368,28	16.064.434,26	16.067.229,11	27.132,11	37.441,32
Pessoal e Encargos Sociais			1.966.533,67	1.964.980,23		1.553,44
Outras Despesas Correntes		67.368,28	14.097.900,59	14.102.248,88	27.132,11	35.887,88
Despesas de Capital		2.259,00	852.618,50	852.584,35	34,15	2.259,00
Investimentos		2.259,00	852.618,50	852.584,35	34,15	2.259,00
Inversões Financeiras						
TOTAL	28	69.627,28	16.917.052,76	16.919.813,46	27.166,26	39.700,32

3.3.1. Nota 26 – Execução Orçamentária da Receita

As receitas orçamentárias são registradas sob o regime de caixa (arrecadação), sendo reconhecidas e contabilizadas como ingressos orçamentários no momento em que a instituição financeira recebe o recurso financeiro do contribuinte.

A LOA de 2025 estimou uma receita de R\$ 898 mil, contudo, o valor efetivamente arrecadado pelo Ministério Público da União foi de R\$ 26,7 milhões. A composição da receita realizada é apresentada a seguir:

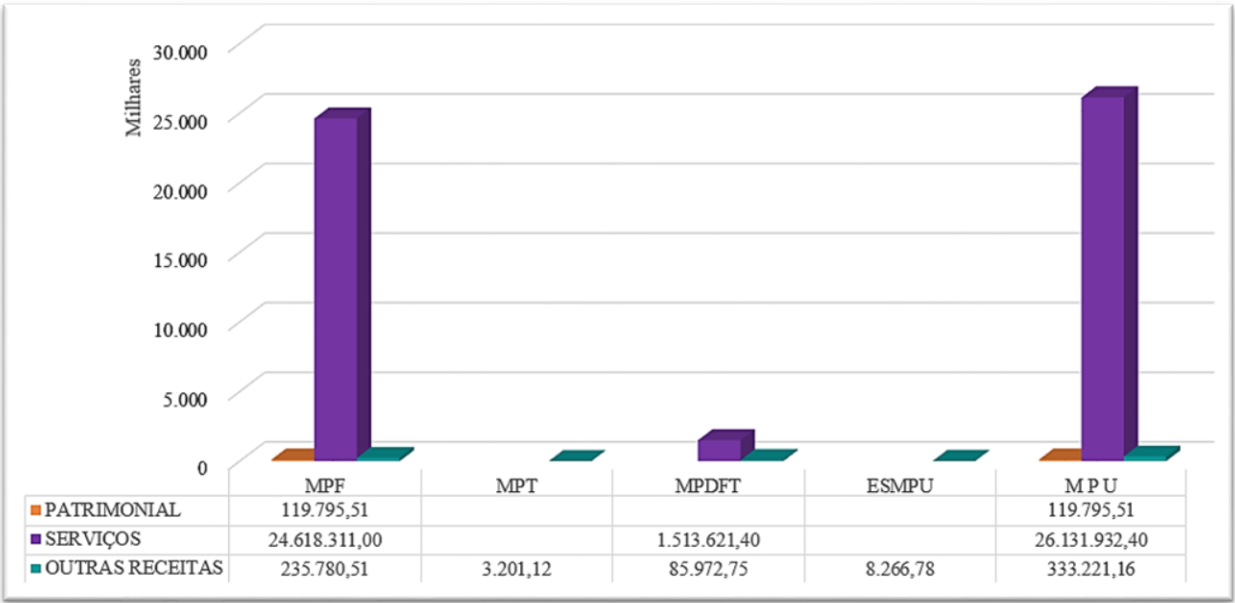


Gráfico 4 - Execução Orçamentária da Receita

A receita patrimonial compreende os valores provenientes de aluguéis e arrendamentos geridos exclusivamente pela Secretaria de Administração do Ministério Público Federal. Já a receita de serviços refere-se à arrecadação de taxas de inscrição em concursos públicos, conforme detalhado na Nota nº 15.

3.3.2. Nota 27 – Execução Orçamentária da Despesa

As despesas orçamentárias são registradas primeiramente pela emissão do empenho, um ato que cria a obrigação de pagamento para o Estado (art. 58 da Lei nº 4.320/1964) e que segue o Princípio da Anualidade Orçamentária. Seguem-se as fases de liquidação e pagamento.

A despesa pertence ao exercício em que foi empenhada, independentemente de efetiva entrega do bem ou execução do serviço contratado. O empenho apenas reserva os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a finalidade pública a ser

executada pelo fornecedor. As despesas empenhadas e não liquidadas ao final do ano são inscritas em restos a pagar não processados, detalhados em nota específica.

Nesse contexto, a dotação orçamentária atualizada do Ministério Público da União para o exercício de 2025 totalizou R\$ 9.903.319.884,00. Desse valor, 99,3% foram empenhados em 2025.

A despesa empenhada teve a seguinte composição:

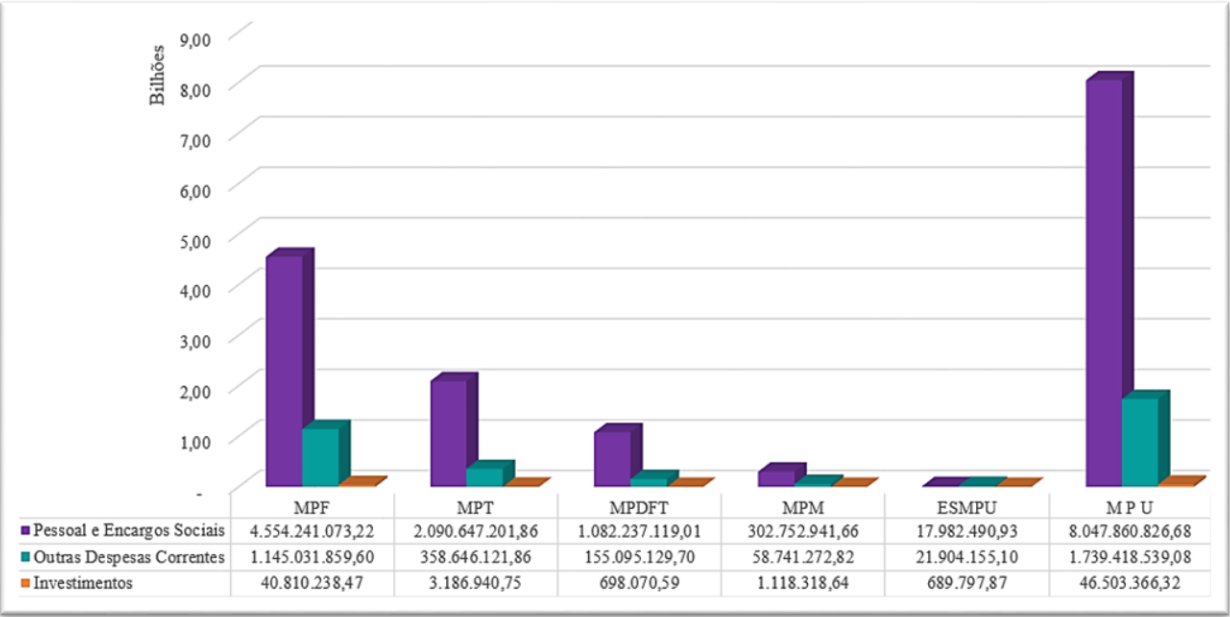


Gráfico 5 - Execução Orçamentária da Despesa

As dotações orçamentárias do MPU estão discriminadas no Volume III da Lei nº 15.121, de 10 abril de 2025, que institui a LOA para o exercício de 2025. Devido ao atraso na publicação dessa lei, a execução orçamentária no início de 2025 seguiu o disposto no art. 70 da Lei nº 15.080/2024 (LDO para 2025).

No exercício de 2025, a execução das despesas empenhadas demonstra o seguinte avanço: valores liquidados no total de R\$ 9.778.506.957,95 e valores pagos no total de R\$ 9.764.251.755,02.

As despesas correntes totalizaram R\$ 9,79 bilhões, representando 99,5% do montante empenhado no período. Desse total, o grupo Pessoal e Encargos Sociais se destacou, atingindo R\$ 8,05 bilhões, o que equivale a 82,2% das despesas correntes.

No tocante às despesas de capital (investimentos e inversões financeiras), a única despesa empenhada foi no grupo Investimentos, no valor de R\$ 46,5 milhões.

3.3.3. Nota 28 – Execução dos Restos a Pagar

De acordo com o art. 36 da Lei nº 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro. O conceito de Restos a Pagar está intrinsecamente ligado aos estágios da despesa pública, que são: empenho, liquidação e pagamento.

O empenho constitui o primeiro estágio da despesa pública. Refere-se à reserva da dotação orçamentária para garantir o pagamento futuro de um produto ou serviço específico no momento da contratação.

A liquidação é o estágio seguinte e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, baseada nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a entrega do bem e/ou serviço objeto do gasto.

O pagamento é o último estágio da despesa, resultando na extinção da obrigação após o devido ateste.

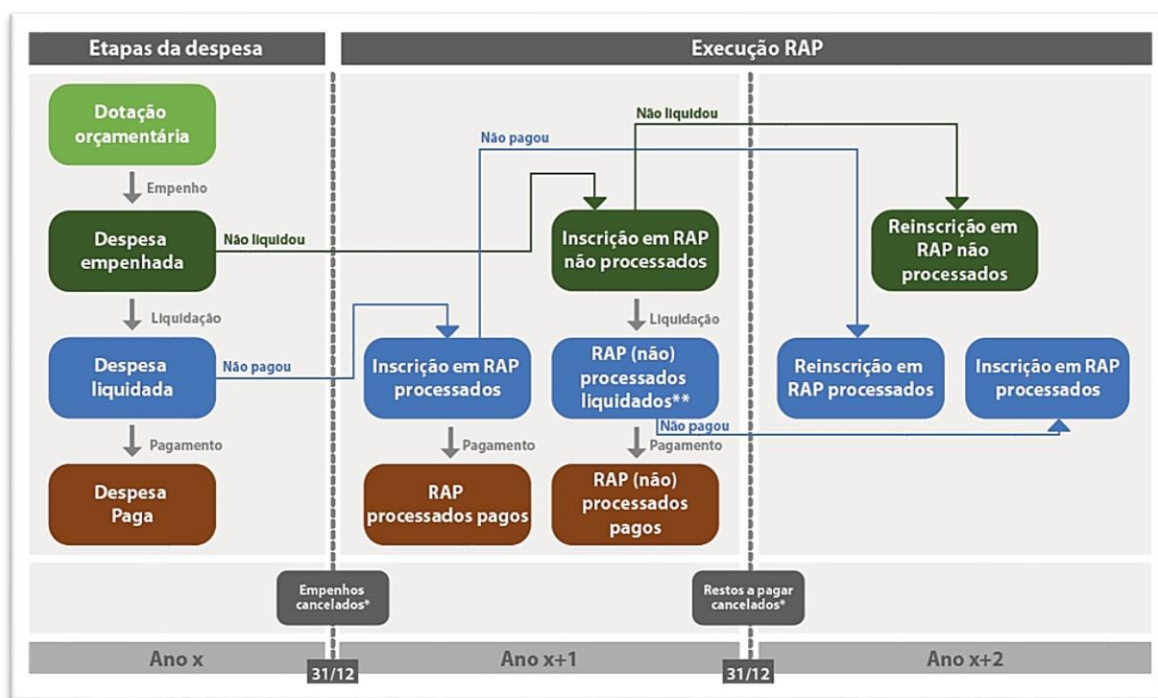
Quando o pagamento não é efetuado no mesmo exercício do empenho, a despesa é inscrita em Restos a Pagar. No momento da inscrição, eles são classificados em dois tipos: processados e não processados. Os restos a pagar processados (RPP) se referem a despesas que foram empenhadas e liquidadas, mas cujo pagamento não foi realizado até o final do exercício. Já os restos a pagar não processados (RPNP) se referem a despesas que foram empenhadas, mas que ainda não foram liquidadas (e, conseqüentemente, não pagas) até o encerramento do exercício.

Para evitar o enriquecimento ilícito da administração pública, os RP processados não estão sujeitos aos mesmos critérios de cancelamento automático aplicados aos RP não processados, permanecendo vigentes até a efetiva extinção da obrigação.

Por sua vez, os RP não processados inscritos em 31 de dezembro possuem validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao da inscrição. Expirado o prazo inicial, o Siafi efetua o bloqueio automático dos saldos remanescentes.

O gestor da unidade poderá realizar o desbloqueio dos saldos dos RPNP até 31 de dezembro do mesmo exercício do bloqueio, desde que a despesa se enquadre nos requisitos do § 4º do art. 68 do Decreto nº 93.872/1986. Os saldos que permanecerem bloqueados após o encerramento do exercício serão cancelados definitivamente pela STN.

Considerando os estágios da despesa pública, é fundamental evidenciar o fluxo do processo relacionado aos Restos a Pagar no Siafi.

Figura 1 – Fluxograma de Restos a Pagar⁷

A tabela subsequente apresenta o histórico da composição dos estoques de Restos a Pagar nos exercícios mais recentes.

Tabela 26 - Histórico da Composição do Estoque de Restos a Pagar

Em R\$					
Restos a Pagar	ANO	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	2021	116.210.081,21	13.126.944,02	81.031.224,18	22.051.913,01
	2022	118.589.619,42	12.779.703,08	77.678.140,43	28.131.775,91
	2023	120.009.241,82	15.999.988,03	81.557.195,01	22.452.058,78
	2024	179.188.680,30	29.611.057,48	75.569.836,83	74.007.785,99
	2025	146.246.167,77	79.649.587,42	55.809.879,58	10.786.700,77
TOTAL RPNP		680.243.790,52	151.167.280,03	371.646.276,03	157.430.234,46
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (II)	2021	1.804.367,54	24.327,59	1.578.680,14	201.359,81
	2022	2.302.119,12	12.210,29	2.100.091,88	189.816,95
	2023	5.392.584,27	66.556,96	5.232.198,63	93.828,68
	2024	5.102.577,98	348.410,57	4.684.540,13	69.627,28
	2025	16.986.680,04	27.166,26	16.919.813,46	39.700,32
TOTAL RPP		31.588.328,95	478.671,67	30.515.324,24	594.333,04
RESTOS A PAGAR (III = I + II)	2021	118.014.448,75	13.151.271,61	82.609.904,32	22.253.272,82
	2022	120.891.738,54	12.791.913,37	79.778.232,31	28.321.592,86
	2023	125.401.826,09	16.066.544,99	86.789.393,64	22.545.887,46
	2024	184.291.258,28	29.959.468,05	80.254.376,96	74.077.413,27
	2025	163.232.847,81	79.676.753,68	72.729.693,04	10.826.401,09
TOTAL RP		711.832.119,47	151.645.951,70	402.161.600,27	158.024.567,50

⁷ Elaborado pela STN, sendo utilizado no Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar.
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar>

No que tange à execução do estoque de Restos a Pagar Não Processados, cujo estoque inicial compreendia R\$ 72,4 milhões (inscrição de 2024) e R\$ 73,8 milhões (inscrições anteriores), verifica-se que R\$ 55,8 milhões foram pagos e R\$ 79,6 milhões foram cancelados durante o ano.

A composição dos Restos a Pagar Não Processados é demonstrada no gráfico a seguir:

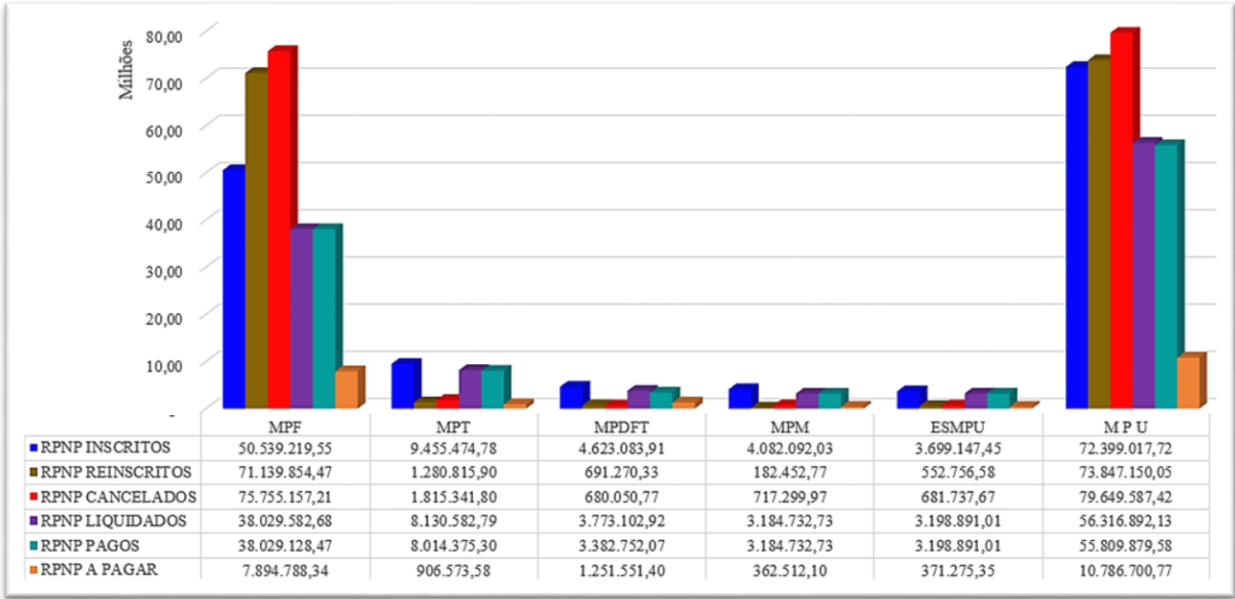


Gráfico 6 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados

A análise da execução dos Restos a Pagar Não Processados revela uma distinção entre as naturezas das despesas. Do montante em estoque de Gastos Correntes, observa-se uma alta taxa de 95,2% de valores pagos ou cancelados durante o exercício. Em relação aos Gastos de Capital, os pagamentos e cancelamentos atingiram 75,1% do estoque total.

Com base nas informações obtidas no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, a composição final do estoque de Restos a Pagar em 2025, incluindo as novas inscrições realizadas no encerramento do exercício, é demonstrada na tabela a seguir.

Tabela 27 - Estoque de Restos a Pagar em 31/12/2025

Em R\$						
Restos a Pagar	M P F	M P T	M P D F T	M P M	E S M P U	M P U
Restos a Pagar Não Processados (RPNP)						
Saldo de Exercícios Anteriores em 31/12/2025	7.894.788,34	906.573,58	1.251.551,40	362.512,10	371.275,35	10.786.700,77
RPNP de 2025 Inscritos em 31/12/2025	40.113.899,99	5.684.663,43	3.212.292,96	3.677.016,42	2.587.901,33	55.275.774,13
Saldo Final de RPNP em 31/12/2025 (I)	48.008.688,33	6.591.237,01	4.463.844,36	4.039.528,52	2.959.176,68	66.062.474,90
Restos a Pagar Processados (RPP)						
Saldo de Exercícios Anteriores em 31/12/2025	34.576,73	5.123,59				39.700,32
RPP de 2025 Inscritos em 31/12/2025	691.207,68	5.381.406,51	7.756.033,66	12.867,76	413.687,32	14.255.202,93
Saldo Final de RPP em 31/12/2025 (II)	725.784,41	5.386.530,10	7.756.033,66	12.867,76	413.687,32	14.294.903,25
Estoque de Restos a Pagar (III = I + II)	48.734.472,74	11.977.767,11	12.219.878,02	4.052.396,28	3.372.864,00	80.357.378,15

Para o exercício de 2026, o estoque Restos a Pagar inscrito totalizou R\$ 80,4 milhões. Este montante representa uma redução de R\$ 82,9 milhões (variação negativa de 50,8%) em comparação com a inscrição realizada para o ano de 2025, que havia sido de R\$ 163,2 milhões.

A seguir é apresentada a composição desse estoque de Restos a Pagar para execução nos próximos exercícios financeiros, detalhada por ano de empenho da despesa.

Tabela 28 - Estoque de Restos a Pagar - Composição - Por Ano

Em R\$							
Estoque de RP	Ano do Empenho	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	M P U
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2021	730.060,86	1.012,68	167.273,00			898.346,54
	2023	647.725,93	233.733,63	174.760,54		125.601,95	1.181.822,05
	2024	6.517.001,55	671.827,27	909.517,86	362.512,10	245.673,40	8.706.532,18
	2025	40.113.899,99	5.684.663,43	3.212.292,96	3.677.016,42	2.587.901,33	55.275.774,13
	TOTAL RPNP	48.008.688,33	6.591.237,01	4.463.844,36	4.039.528,52	2.959.176,68	66.062.474,90
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2017		2.259,00				2.259,00
	2021	4.386,80					4.386,80
	2023	1.984,14	1.892,37				3.876,51
	2024	28.205,79	972,22				29.178,01
	2025	691.207,68	5.381.406,51	7.756.033,66	12.867,76	413.687,32	14.255.202,93
TOTAL RPP		725.784,41	5.386.530,10	7.756.033,66	12.867,76	413.687,32	14.294.903,25
TOTAL RP		48.734.472,74	11.977.767,11	12.219.878,02	4.052.396,28	3.372.864,00	80.357.378,15

3.4 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra todas as movimentações de caixa e equivalentes (entradas e saídas de recursos) ocorridas em um exercício financeiro, permitindo apurar o resultado financeiro do período. É importante destacar que esse resultado não se confunde com a apuração do superávit ou déficit financeiro, cuja informação é evidenciada no Balanço Patrimonial.

O Balanço Financeiro é baseado no princípio de unidade de caixa, conforme estabelecido pelos arts. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986. Este princípio fundamenta o conceito de conta única, que exige que todas as receitas e despesas, tanto orçamentárias quanto extraorçamentárias, sejam movimentadas por meio de uma única conta bancária.

Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos de caixa (aqueles provenientes do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte) são concentrados no item Caixa e Equivalentes de Caixa.

Esse demonstrativo é elaborado sob o regime de caixa e apresenta o detalhamento da receita orçamentária em valores brutos, segregada por grupo de fonte. Para manter a clareza, o demonstrativo evidencia em linha única o total das deduções, tais como restituições, retificações decorrentes de erro do contribuinte quando do recolhimento, compensações tributárias, incentivos fiscais, entre outros.

As receitas e despesas orçamentárias são detalhadas no demonstrativo conforme seus grupos de fontes, que possuem naturezas distintas:

- a) Fonte Vinculadas: No momento da arrecadação, a legislação determina a destinação específica e obrigatória dos recursos.
- b) Fontes Ordinárias (Não Vinculadas): Estes recursos possuem caráter geral e podem ser utilizados para quaisquer finalidades. Eles são cruciais, por exemplo, para complementar despesas em áreas cuja arrecadação específica (vinculada) é insuficiente, como a Previdência Social.

BALANÇO FINANCEIRO

Exercício 2025

Em R\$

INGRESSOS	NExp	2025	2024
Receitas Orçamentárias (I)	29	26.654.225,07	1.162.888,63
<i>Recursos Não Vinculados</i>			
<i>Recursos Vinculados</i>		26.673.415,50	1.172.473,93
Previdência Social (RPPS)			
Fundos, Órgãos e Programas		26.673.415,50	1.172.473,93
<i>(-) Deduções da Receita Orçamentária</i>		-19.190,43	-9.585,30
Transferências Financeiras Recebidas (II)		19.697.973.336,62	18.538.644.981,39
<i>Resultantes da Execução Orçamentária</i>		19.591.391.842,80	18.456.774.563,77
Cota Recebida		9.830.125.955,10	9.324.685.980,77
Repasse Recebido		4.816.009,89	3.491.818,73
Sub-repasse Recebido		9.755.951.222,36	9.124.173.505,38
Sub-repasse Devolvido		498.655,45	4.423.258,89
<i>Independentes da Execução Orçamentária</i>		106.581.493,82	81.870.417,62
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		79.066.053,83	78.551.537,34
Demais Transferências Recebidas		1.995.056,76	79.669,25
Movimentação de Saldos Patrimoniais		25.520.383,23	3.239.211,03
Recebimentos Extraorçamentários (III)		110.025.129,17	196.008.369,87
<i>Inscrição dos Restos a Pagar Processados</i>	27	14.255.202,93	16.756.416,82
<i>Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados</i>	27	55.275.774,13	72.399.017,72
<i>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</i>		10.757.509,51	16.120.668,43
<i>Outros Recebimentos Extraorçamentários</i>		29.736.642,60	90.732.266,90
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		10.036,85	
Restituições a Pagar		0,92	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		0,02	0,38
Arrecadação de Outra Unidade		29.726.541,81	80.549.927,50
Valores para Compensação		63,00	
Demais Recebimentos			10.182.339,02
Saldo do Exercício Anterior (IV)	33	676.854.576,51	561.518.205,31
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>		676.854.576,51	561.518.205,31
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		20.511.507.267,37	19.297.334.445,20

DISPÊNDIOS	NExp	2025	2024
Despesas Orçamentárias (VI)	30	9.833.782.732,08	9.234.668.977,39
<i>Recursos Não Vinculados</i>		8.825.353.724,26	8.303.930.026,46
<i>Recursos Vinculados</i>		1.008.429.007,82	930.738.950,93
Previdência Social (RPPS)		1.006.012.420,28	920.237.065,19
Fundos, Órgãos e Programas		2.416.587,54	10.501.885,74
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		9.897.852.107,71	9.298.275.944,81
<i>Resultantes da Execução Orçamentária</i>		9.763.011.727,79	9.131.453.353,94
Repasse Concedido	31	3.997.424,70	2.856.589,67
Sub-repasse Concedido		9.755.951.222,36	9.124.173.505,38
Cota Devolvida		2.564.425,28	
Sub-repasse Devolvido		498.655,45	4.423.258,89
<i>Independentes da Execução Orçamentária</i>		134.840.379,92	166.822.590,87
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		79.062.688,83	72.815.167,34
Demais Transferências Concedidas		997.527,88	
Movimentação de Saldos Patrimoniais		54.780.163,21	94.007.423,53
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		81.325.853,03	87.534.946,49
<i>Pagamento dos Restos a Pagar Processados</i>	32	16.919.813,46	4.684.540,13
<i>Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados</i>	32	55.809.879,58	75.569.836,83
<i>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</i>		6.969.033,40	7.277.660,93
<i>Outros Pagamentos Extraorçamentários</i>		1.627.126,59	2.908,60
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento			2.845,60
Valores Compensados			63,00
Demais Pagamentos		1.627.126,59	
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	33	698.546.574,55	676.854.576,51
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>		698.546.574,55	676.854.576,51
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		20.511.507.267,37	19.297.334.445,20

3.4.1. Nota 29 – Receita Orçamentária

Considerando o complexo conjunto de grupos de fontes que é utilizado pela União, optou-se pela divulgação das receitas pelos valores brutos e a divulgação das deduções e ajustes em uma única linha. Esta escolha propicia, também, a divulgação dos valores brutos arrecadados da receita orçamentária, uma vez que essas informações não estão disponíveis no Balanço Orçamentário.

Na sequência é apresentada a abertura das deduções (ou ajustes) da receita orçamentária divulgada no Balanço Financeiro. A coluna da análise vertical (AV) se refere à arrecadação líquida.

Tabela 29 - Arrecadação Bruta x Arrecadação Líquida - Por Grupos de Fontes de Recursos

				Em R\$
Receitas Orçamentárias	Arrecadação Bruta	Deduções (ou Ajustes)	Arrecadação Líquida	AV
Recursos Não Vinculados				
Recursos Vinculados	26.673.415,50	-19.190,43	26.654.225,07	100,0%
Previdência Social (RPPS)				
Fundos, Órgãos e Programas	26.673.415,50	-19.190,43	26.654.225,07	100,0%
Total	26.673.415,50	-19.190,43	26.654.225,07	100,0%

3.4.2. Nota 30 – Despesa Orçamentária

No ano de 2025, a execução orçamentária do MPU totalizou R\$ 9,83 bilhões em despesas. A composição detalhada dessas despesas, discriminadas por grupos de fontes de recursos, é apresentada a seguir.

Tabela 30 - Execução da Despesa Orçamentária - Por Grupos de Fontes de Recursos

Despesas Orçamentárias	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	Em R\$
							AV
Recursos Não Vinculados	5.198.160.622,91	2.169.244.467,47	1.118.229.487,14	299.269.944,25	40.449.202,49	8.825.353.724,26	89,7%
Recursos Livres da União	5.198.160.622,91	2.169.244.467,47	1.118.229.487,14	299.269.944,25	40.449.202,49	8.825.353.724,26	89,7%
Recursos Vinculados	541.922.548,38	283.235.797,00	119.800.832,16	63.342.588,87	127.241,41	1.008.429.007,82	10,3%
Previdência Social (RPPS)	540.847.827,00	283.227.697,00	118.490.424,00	63.342.588,87	103.883,41	1.006.012.420,28	10,2%
Fundos, Órgãos e Programas	1.074.721,38	8.100,00	1.310.408,16		23.358,00	2.416.587,54	0,0%
Total	5.740.083.171,29	2.452.480.264,47	1.238.030.319,30	362.612.533,12	40.576.443,90	9.833.782.732,08	100,0%

Com base na despesa executada no período de referência, constata-se que 89,7% dos gastos foram realizados com recursos provenientes de fontes ordinárias (não vinculadas), enquanto apenas 10,3% foram executados com fontes vinculadas.

3.4.3. Nota 31 – Repasse Concedido

Os registros neste item têm sua origem, em especial, nos repasses financeiros destinados ao custeio de:

- curso de formação aos 400 primeiros aprovados no 11º Concurso para Servidores do MPU, ministrado pela Polícia Federal (TED registrado no Siafi sob o nº 1AAZZD), no montante de R\$ 1.6 milhão; e

- ressarcimento de despesas realizadas anteriormente pelas unidades descentralizadas, devido ao compartilhamento de espaço dos seus imóveis com as unidades gestoras do MPU.

3.4.4. Nota 32 – Pagamento de Restos a Pagar

Os gráficos apresentados a seguir detalham os pagamentos relativos os restos a pagar – processados e não processados –, classificados por grupos de natureza da despesa.

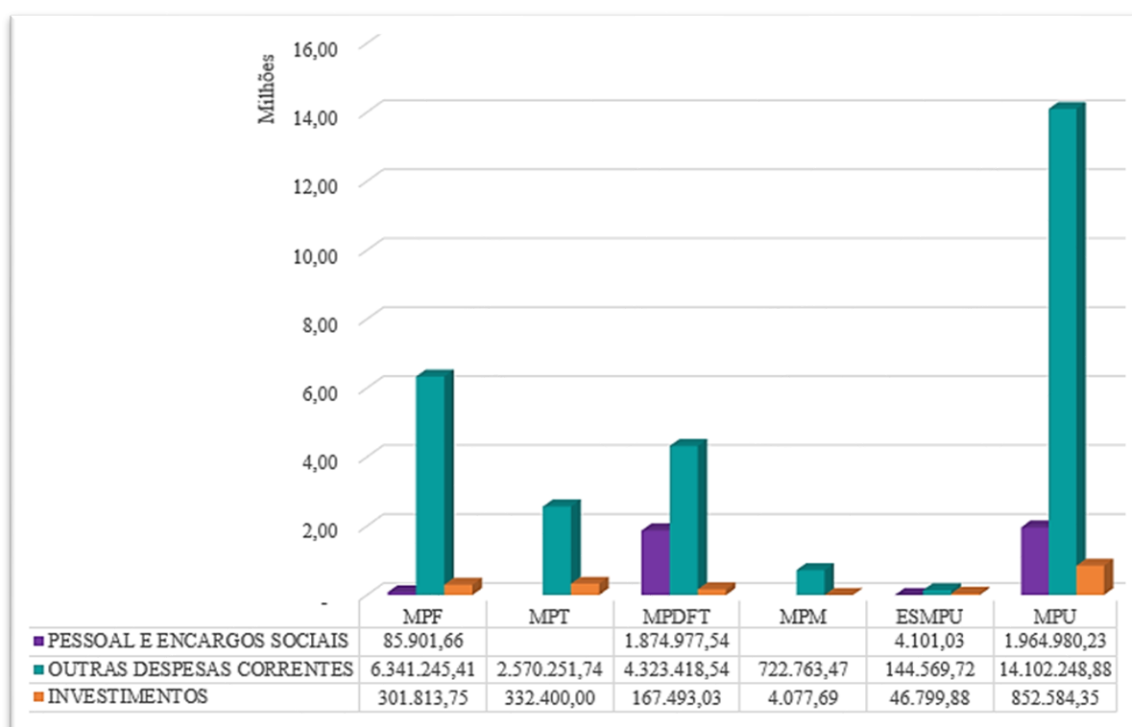


Gráfico 7 - Pagamento dos Restos a Pagar Processados

No exercício de 2025, foram pagos R\$ 16,9 milhões, correspondentes a 99,6% do estoque de R\$ 17 milhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não processados, os pagamentos totalizaram R\$ 55,8 milhões, o equivalente a 38,2% do estoque de R\$ 146,2 milhões.

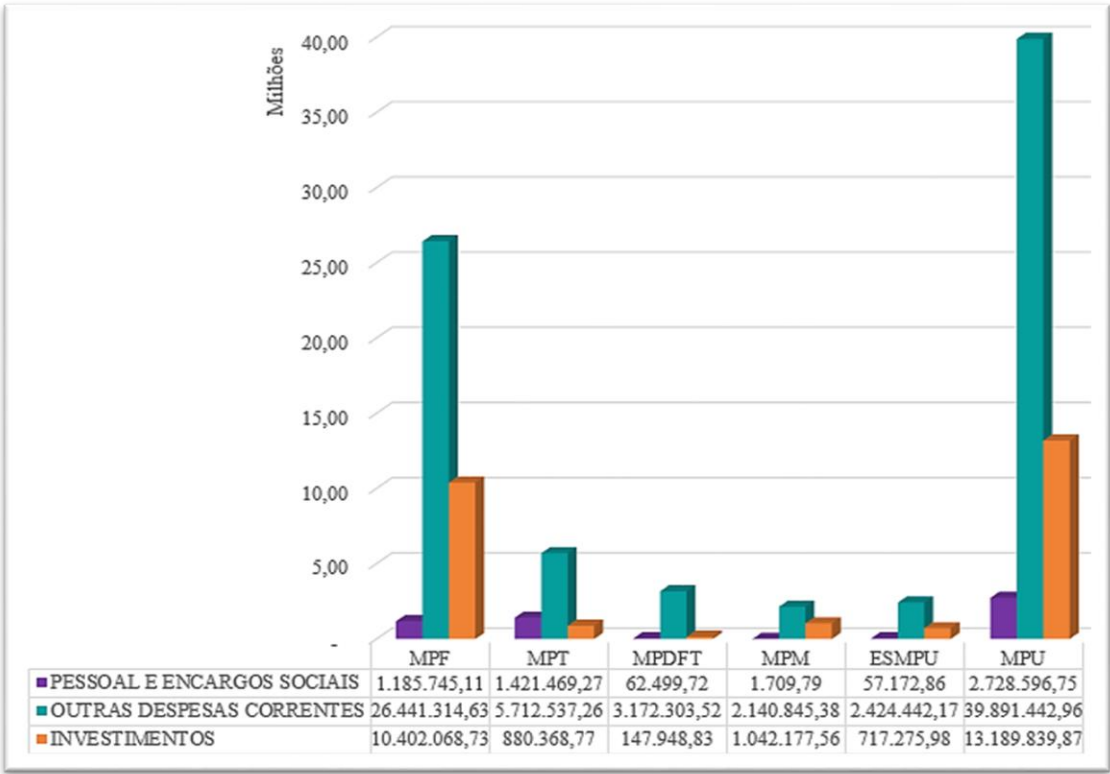


Gráfico 8 - Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados

No que se refere aos restos a pagar não processados, constata-se que a maior parte dos pagamentos se concentrou no grupo Outras Despesas Correntes, totalizando R\$ 39,9 milhões. Esses recursos destinaram-se, em especial, ao custeio de despesas das unidades gestoras do MPU com: apoio administrativo, técnico e operacional; serviços de tecnologia da informação e comunicação; manutenção e conservação de bens imóveis; limpeza e conservação; serviços de brigada de incêndio; serviços de copa e cozinha; serviços de energia elétrica; vigilância ostensiva e material de consumo.

Por sua vez, os pagamentos realizados no grupo Investimentos somaram R\$ 13,2 milhões, correspondendo, majoritariamente, a despesas vinculadas à continuidade de obras em andamento e à aquisição de equipamentos e material permanente.

3.4.5. Nota 33 – Resultado Financeiro

O resultado apresentado constitui um indicador de equilíbrio financeiro – e não de desempenho –, apurado, entre outros critérios, por meio do confronto entre o saldo financeiro para o exercício seguinte (R\$ 698,5 milhões) e o saldo registrado no exercício anterior (R\$ 676,9 milhões). No exercício de 2025, o resultado financeiro foi superavitário, alcançando o montante de R\$ 21,7 milhões, cuja composição encontra-se detalhada na tabela a seguir.

Tabela 31 - Resultado Financeiro em 31/12/2025

	2025	2024	Em R\$ AH
Receitas Orçamentárias	26.654.225,07	1.162.888,63	2192,1%
Despesas Orçamentárias	-9.833.782.732,08	-9.234.668.977,39	6,5%
	-9.807.128.507,01	-9.233.506.088,76	6,2%
Transferências Financeiras Recebidas	19.697.973.336,62	18.538.644.981,39	6,3%
Transferências Financeiras Concedidas	-9.897.852.107,71	-9.298.275.944,81	6,4%
	9.800.121.228,91	9.240.369.036,58	6,1%
Recebimentos Extraorçamentários	110.025.129,17	196.008.369,87	-43,9%
Pagamentos Extraorçamentários	-81.325.853,03	-87.534.946,49	-7,1%
	28.699.276,14	108.473.423,38	-73,5%
Resultado Financeiro do Exercício	21.691.998,04	115.336.371,20	-81,2%

Entre os pagamentos extraorçamentários efetuado até 31 de dezembro de 2025, destaca-se o pagamento de restos a pagar, que totalizou R\$ 72,7 milhões, correspondendo a 89,4% do valor global desse agrupamento.

3.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Esta demonstração viabiliza a análise da capacidade do MPU de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades operacionais.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite identificar:

- as fontes geradoras dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens que representaram consumo de caixa no período abrangido pelas demonstrações contábeis; e
- o saldo de caixa e equivalentes de caixa na data de encerramento das referidas demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício 2025

Em R\$

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NExp	2025	2024
Ingressos		19.765.042.400,95	18.646.660.805,35
Receita Patrimonial		119.795,51	382.948,29
Receita de Serviços		26.131.932,40	654.504,02
Outras Receitas Derivadas e Originárias		333.221,16	125.436,32
Outros Ingressos Operacionais		19.738.457.451,88	18.645.497.916,72
Desembolsos		-19.690.315.931,45	-18.449.628.855,72
Pessoal e Demais Despesas		-8.937.322.735,78	-8.335.952.422,14
Transferências Concedidas		-846.544.927,97	-808.122.764,84
Outros Desembolsos Operacionais		-9.906.448.267,70	-9.305.553.668,74
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		74.726.469,50	197.031.949,63

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NExp	2025	2024
Ingressos		69.276,00	
Alienação de Bens		69.276,00	
Desembolsos		-53.103.747,46	-81.695.578,43
Aquisição de Ativo Não Circulante		-50.886.370,74	-78.422.573,46
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.217.376,72	-3.273.004,97
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		-53.034.471,46	-81.695.578,43

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (III) = (I + II)	34	21.691.998,04	115.336.371,20
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		676.854.576,51	561.518.205,31
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		698.546.574,55	676.854.576,51

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

Exercício 2025

Em R\$

	NExp	2025	2024
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Total das Transferências Recebidas			
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intragovernamentais Concedidas		-846.544.927,97	-808.122.764,84
Total das Transferências Concedidas		-846.544.927,97	-808.122.764,84

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Exercício 2025

Em R\$

	NExp	2025	2024
Judiciário		-87.670,67	-100.627,18
Essencial à Justiça		-7.800.598.448,37	-7.263.513.092,62
Administração		-1.635.164,56	-1.117.451,53
Segurança Pública		-204.711,51	
Previdência Social		-1.112.737.022,45	-1.055.279.523,26
Trabalho		-132.641,77	-49.126,49
Educação		-20.000,00	-194,55
Direitos da Cidadania		-3.365,00	
Transporte		-1.785,66	
Encargos Especiais		-21.911.962,64	-15.889.560,91
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		10.036,85	-2.845,60
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		-8.937.322.735,78	-8.335.952.422,14

3.5.1. Nota 34 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Em decorrência da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa corresponde ao resultado financeiro. Assim, no ano de 2025, foi apurado um superávit de R\$ 21,7 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 32 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Formação

Em R\$

Fluxos de Caixa	2025	2024	AH
Atividades Operacionais	74.726.469,50	197.031.949,63	-62,1%
Atividades de Investimentos	-53.034.471,46	-81.695.578,43	-35,1%
Total	21.691.998,04	115.336.371,20	-81,2%

O superávit apurado no fluxo das atividades operacionais, no valor de R\$ 74,7 milhões, foi o principal fator responsável pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa em 2025. Em comparação com o exercício de 2024, observa-se um decréscimo de R\$ 122,3 milhões (variação negativa de 62,1%) no referido fluxo, resultado de um aumento de R\$ 1,12 bilhão (6%) nos ingressos totais, inferior ao acréscimo de R\$ 1,24 bilhão (6,7%) verificado nos desembolsos totais.

3.6 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

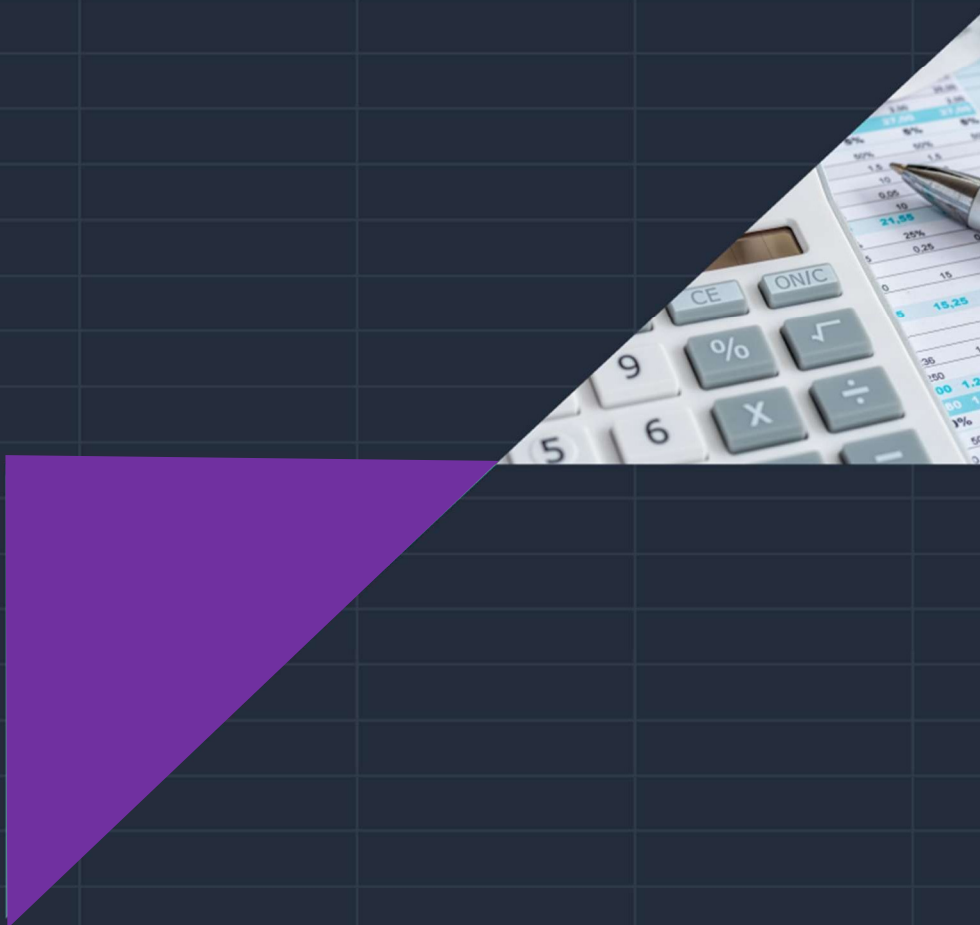
Esta demonstração contábil evidencia a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período, sendo facultativa para o Ministério Público da União, conforme disposto no item 7 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido), Parte V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) do [MCASP](#).

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício 2025

Em R\$				
Especificação	NExp	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício de 2024		370.313.242,92	3.661.764.040,83	4.032.077.283,75
Ajustes de Exercícios Anteriores		13.911.196,12	-128.904.472,78	-114.993.276,66
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		202.737.273,61	-55.729.600,79	147.007.672,82
Ajuste de Avaliação Patrimonial				
Resultado do Exercício			73.411.125,50	73.411.125,50
Saldo Final do Exercício de 2024		586.961.712,65	3.550.541.092,76	4.137.502.805,41
Saldo Inicial do Exercício de 2025		586.961.712,65	3.550.541.092,76	4.137.502.805,41
Ajustes de Exercícios Anteriores		-395.793,38	-350.996.956,52	-351.392.749,90
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		27.263.061,28	-7.145.245,24	20.117.816,04
Ajuste de Avaliação Patrimonial				
Resultado do Exercício	25		88.944.821,45	88.944.821,45
Saldo Final do Exercício de 2025		613.828.980,55	3.281.343.712,45	3.895.172.693,00

Em 2024 o MPU encerrou o exercício com um patrimônio líquido de R\$ 4,14 bilhões. No exercício de 2025, houve um decréscimo de R\$ 242,3 milhões nesse saldo, decorrentes de lançamentos de Ajustes de Exercícios Anteriores (-R\$ 351,4 milhões), de Constituição/Realização da Reserva de Reavaliação de Ativos (R\$ 20,1 milhões) e do Resultado do Exercício (R\$ 88,9 milhões). Assim, verifica-se uma variação negativa de 5,9% em relação ao patrimônio líquido do ano anterior.



MPU
MINISTÉRIO PÚBLICO
DA UNIÃO